



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE LUIS ARGENTA

NOVA ORDEM ECONÔMICA GLOBAL:
DESAFIOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA DA ECONOMIA

CAXIAS DO SUL

2021

FELIPE LUIS ARGENTA

**NOVA ORDEM ECONÔMICA GLOBAL:
DESAFIOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA DA ECONOMIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de Caxias do Sul (UCS) no curso de Bacharelado em Ciências Econômicas como requisito para obtenção do grau em Ciências Econômicas.

Orientadora Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

CAXIAS DO SUL

2021

FELIPE LUIS ARGENTA

**NOVA ORDEM ECONÔMICA GLOBAL:
DESAFIOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA DA ECONOMIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito à obtenção do Grau de Bacharel em Econômicas da Universidade de Caxias do Sul.

Sob orientação da Professora Ms. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

Aprovado em: / /

Banca Examinadora

Prof. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares (Orientadora)

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me.

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me.

Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, de forma especial a minha esposa Cristine Taís, e a meus pais, Valmir e Carmen, que sempre me motivaram, inspiraram e acreditaram.

A todos os professores desta jornada, por todo o conhecimento transmitido ao longo da graduação, dos momentos de descontração aos ensinamentos, carregarei comigo um carinho especial por todos.

Agradeço em especial, à minha orientadora, professora Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, pela compreensão, orientação e pelo direcionamento.

A todos meus colegas e amigos que fiz nesta jornada, e a todos envolvidos, que de forma direta, indireta, aos que apoiaram e deram apoio e suporte neste momento especial.

"Ideias e somente ideias podem iluminar a
escuridão."

Ludwig von Mises

RESUMO

Ao final do século XX, o movimento de unificação econômica toma força, junto com ele, surgem propostas do uso de uma única moeda entre países próximos, de tal maneira é natural que seja considerado também o uso de uma moeda única para todas as economias do mundo, uma moeda única global. Este estudo monográfico tem por objetivo mostrar e analisar os desafios e as funções relativas a uma unificação monetária em âmbito mundial, passando pela história da moeda no mundo e no Brasil, sua evolução de formatos, valores e materiais, tendo vista as teorias monetárias. Como métodos de pesquisa foram utilizadas as pesquisas teórico descritiva, teórico bibliográfica e histórico teórico. Através de quatro capítulos, são abordados, além da introdução a história da moeda no mundo, desde sua criação até o sistema de criptomoedas, suas funções e características, sendo ao final avaliada a possibilidade de unificação monetária, tendo como uso uma moeda única para todos os países. Ao final, chega-se a avaliação do sistema possível para uma unificação monetária, onde, conclui-se que uma unificação da moeda, pode sim ocorrer, sendo gradativa e passando por processos de lapidação por meio de unificações econômicas menores, que ao fim se tornarão uma economia única global.

Palavras-chave: Economia; Moeda única; Monetária; Moeda; Macroeconomia; Blocos econômicos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comportamento de uma política monetária expansionista com a situação de câmbio flutuante.	28
Figura 2 - Movimento de uma política monetária expansionista em um regime de câmbio fixo.	29
Figura 3 - Comportamento de uma política monetária restritiva em um regime de câmbio flutuante.	31
Figura 4 - Comportamento da curva IS-LM-BP para uma política monetária restritiva sob o regime de câmbio fixo.	32
Figura 5 - Moeda de ouro Lídia - Ano 630-620 A.C.	37
Figura 6 - Nota de 25 centavos emitida pela cidade de Detroit - Ano 1838.	39
Figura 7 - Florim, a primeira moeda do Brasil - Ano 1646.	42
Figura 8 - Moeda de 320 Réis, em prata, primeira moeda genuinamente brasileira - Ano 1695.	43
Figura 9 - Moeda de 4000 réis, em ouro - Ano 1699.	43
Figura 10 - Primeiro bilhete impresso pelo Banco do Brasil de 90.000 réis - Ano 1810-1829.	44
Figura 11 - Moeda de mil-réis em prata - Ano 1889.	45
Figura 12 - Cédula de um conto de réis, correspondente a 1.000.000 de réis - Ano 1907.	45
Figura 13 - Cédula 500 mil réis Caixa de Estabilização - Ano 1926.	46
Figura 14 - Cédula de 10 cruzeiros com a face estampada de Getúlio Vargas - Ano 1942.	46
Figura 15 - Cédula de dez mil cruzeiros com carimbo de revalorização para 10 cruzeiros novos - Ano 1967.	47
Figura 16 - Cédula de um cruzeiro - Ano 1975.	48
Figura 17 - Cédulas de 200 cruzeiros com a face da Princesa Isabel estampada - Ano 1984.	48
Figura 18 - Cédula de dez mil cruzeiros com a estampa de remarcação para 10 cruzados - Ano 1986.	49
Figura 19 - Cédula de 50 cruzados - Ano 1986.	50

Figura 20 - Cédula de cinco mil cruzados com remarcação de corte de três dígitos para 5 cruzados novos - Ano 1988.	50
Figura 21 - Cédula de 500 cruzados novos com carimbo de remarcação para 500 cruzeiros - Ano 1989.	51
Figura 22 - Cédula de quinhentos mil cruzeiros, cédula de maior valor à circular no Brasil - Janeiro a agosto de 1993.	51
Figura 23 - Cédula de cinco mil cruzeiros reais, antecessor do real - Ano 1994.	52
Figura 24 - Variação anual do IPCA antes do plano real - 1980 a 1993.	52
Figura 25 - Cédula de 100 reais, sem a inscrição “Deus seja louvado” - Ano 1994.	53
Figura 26 - Cédula de 200 reais, que entra em circulação no ano de 2020 - Ano 2020.	54
Figura 27 - Evolução do preço de uma unidade de <i>bitcoin</i> em dólares e reais.	56
Figura 28 - Valor total de notas circulantes no período de 2000 e Junho de 2005, valor em mil milhões de euros	64
Figura 29 - Comparativos entre pagamentos feitos por bancos e por agências não bancárias na China.	68

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	10
1.2.	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES	12
1.2.1.	Hipótese Principal	12
1.2.2.	Hipóteses Secundárias	12
1.4.	DEFINIÇÕES DOS OBJETIVOS	13
1.4.1.	Objetivo Geral	13
1.4.2.	Objetivos Específicos	13
1.5.	METODOLOGIA	13
2.	TEORIA MONETÁRIA	15
2.1.	TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA	15
2.2.	IRVING FISHER E A EQUAÇÃO DA TEORIA	17
2.3.	POLÍTICA MONETÁRIA	19
2.3.1.	Regimes cambiais na visão das escolas econômicas	20
2.3.2.	Regimes cambiais	22
2.3.2.1.	Câmbio Fixo	22
2.3.2.2.	Câmbio flutuante	23
2.3.2.3.	Câmbio Misto	24
2.4.	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA	25
2.4.1.	Política monetária expansionista	26
2.4.2.	Política monetária restritiva	30
2.5.	EMPREGO E PREÇOS	33
3.	A ORIGEM, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA	34
3.1.	HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA NO MUNDO	34
3.2.	HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA NO BRASIL	41

3.2.1. Período militar e pós período militar	46
3.3. CRIPTOMOEDAS	53
3.3.1. Criptomoedas na economia	55
4. DESAFIOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA DA ECONOMIA	59
4.1. O PRINCÍPIO DO PENSAMENTO DE UNIFICAÇÃO	59
4.2. UM NOVO FORMATO DE ECONOMIA	66
4.2.1. Proposições de modelos e comportamentos	69
4.3. DESAFIOS DA ADOÇÃO DE UMA ÚNICA MOEDA	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

As trocas e negociações tem se feito presentes desde o começo da humanidade, acompanhando a evolução e caminhando de mãos dadas com o progresso, passando por eras e culturas. Seu principal caminho, a moeda, tem se transformado constantemente, tomando diversas formas, valores e materiais, sempre como um reflexo do estágio das civilizações e culturas.

A contínua evolução da economia, bem como a maior interação das nações, requer agilidade e facilidade nas transações. A unificação de uma moeda para todos os países é uma nova forma de comunicação entre as nações, um único idioma monetário.

O desenvolvimento é dado em três capítulos, sendo eles, a teoria monetária, abordando os aspectos teóricos envolvendo macroeconomia e a moeda, seguido pela história da moeda no mundo e no Brasil, e por último os desafios da unificação monetária da economia.

Diante disso, o presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar a viabilidade da unificação da economia por meio de uma moeda global, onde os países fariam suas transações com a mesma moeda.

1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir da descoberta dos metais, o homem além de usar como matéria prima para a fabricação de utensílios para os mais variados fins, criou o sistema de trocas baseado na moeda, o que abria a possibilidade de trocas comerciais em comunidade.

O termo "*moneta*" vem do latim, que é nomeado em decorrência da cunhagem das moedas em Roma, que eram cunhadas no Templo de Juno Moneta.

Antes do surgimento da moeda o sistema de escambo era o utilizado, a troca direta entre duas partes era feita por bens ou serviço. Os instrumentos de troca eram os mais variados possíveis, o que, além de gerar conflitos, era impreciso na medição de valor. Os itens mais comuns entre as negociações do mundo antigo eram animais e sal, sendo deste a origem da palavra "salário", tal item, além de sua pouca

quantidade disponível, era muito valorizado devido ao fato do sal ser usado na conservação de alimentos e para o tratamento do couro.

No quinto milênio a.C., os Sumérios introduzem um cálculo baseado em valores de referência constante. Foi devido aos Sumérios que o Ouro e a Prata se tornaram unidades de medida de preço, porém, os metais circulavam apenas nos templos, não livremente na sociedade, assim, os Sumérios inventaram o dinheiro, porém não a moeda circulante. Os mais antigos indícios do uso da moeda vem da China, no período de 1100 a.C.

A descoberta e desenvolvimento da moeda tem papel de extrema importância na humanidade e representa um avanço imensamente significativo, trazendo a facilidade de transporte de grandes valores em forma reduzida e prática. A moeda fomentou o comércio e suas transações, a criação de grandes instituições e a evolução da sociedade de maneira geral.

Com o passar dos anos, a moeda sofreu inúmeras transformações, de sua forma bruta até a sua virtualização, a popular bitcoin, e continua em constante evolução, acompanhando a tecnologia e o mercado. Com a prosperidade trazida, o futuro da mesma, de forma plural, com vários modelos e nomenclaturas, se torna questionável para com o caminho que a economia global anda.

Diante do exposto, o presente projeto pretende responder às seguintes indagações:

- a) Como se deu o surgimento da moeda?
- b) Qual a forma de unificação da moeda mundial?
- c) Quais os caminhos de unificação de uma moeda global, com o uso de uma moeda única para todas as economias?
- d) Como funcionaria uma unificação econômica?
- e) Que fatores sócio-econômicos impactam na unificação de uma única moeda?
- f) Quais os benefícios e os entraves em uma unificação de moeda?
- g) Qual o comportamento dos países na adoção do uso da moeda unificada?

1.2. DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1. Hipótese Principal

HP - O funcionamento de um mundo com uma moeda única possibilita que todas as economias se relacionem de melhor forma, rompendo barreiras e facilitando o comércio entre eles.

1.2.2. Hipóteses Secundárias

H1- A unificação econômica traria maior benefício do uso da mesma moeda para os países envolvidos, facilitando as transações comerciais entre nações.

H2- O uso de uma única moeda pode ressaltar a diferença entre países dominantes e países dominados.

H3- A moeda digital é mais ágil, mas pode haver um descontrole por parte dos usuários.

H4- Os blocos econômicos servem como base inicial para uma unificação econômica, sendo uma alternativa para o modelo.

1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

A moeda tem seguido o homem em sua história, pode-se afirmar que é uma das criações mais significativas da humanidade, que mudou o mundo e a forma como são transacionadas mercadorias, bens e demais itens que podem ser negociados. No decorrer dos tempos, a moeda teve diversas formas, foi feita com diversos materiais, como metais e papel, cada nação com seu próprio formato e medida de valor.

Com a globalização, as barreiras comerciais ficam cada vez menos restritas e ocorre uma maior facilidade de comunicação entre as mais diversas economias e povos, deve-se considerar que uma única moeda surja para possibilitar uma melhor integração monetária.

Este projeto se justifica por buscar entender a história da moeda e com isso criar um cenário de unificação da moeda para um melhor funcionamento da economia global.

1.4. DEFINIÇÕES DOS OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar a viabilidade da unificação econômica global, com o uso de uma moeda única.

1.4.2. Objetivos Específicos

- a) Mostrar o surgimento e a história da moeda.
- b) Analisar quais os caminhos para a unificação da moeda.
- c) Avaliar os possíveis formatos da moeda única mundial.
- d) Prospectar os possíveis lastros desta nova e desta nova economia mundial.
- e) Descrever o funcionamento de uma unificação econômica global.
- f) Ponderar quais os fatores sócio-econômicos que impactam na unificação da moeda.
- g) Fazer uma análise do comportamento dos países na adoção do uso da moeda unificada.
- h) Avaliar os benefícios e os entraves de uma unificação econômica.

1.5. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho monográfico é o estudo do método e técnicas aplicadas no trabalho científico. Engloba as técnicas e processos aplicados no projeto.

Tem-se como metodologia no capítulo dois a tem como base a pesquisa teórica descritiva, abordando aspectos teóricos do estudo macroeconômico. Conforme Barros e Lehfeld (2007), na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador.

No terceiro capítulo, a metodologia usada foi a histórico teórico descritiva, onde o estudo desenvolvido abrange os aspectos históricos da evolução da moeda. O desenvolvimento é feito a partir de estudos exploratórios e fontes bibliográficas. (GIL, 1999).

A metodologia de pesquisa bibliográfica foi usada no quarto capítulo, desenvolvida através de artigos, livros, dissertações e teses sobre a unificação de blocos econômicos e união monetária. Segundo Cervo et al. (2007) a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

2. TEORIA MONETÁRIA

Quando se fala em demanda de moeda, não se está falando somente da moeda metálica ou da moeda fiduciária, o próprio conceito de moeda é dinâmico e mutável, estamos falando da própria liquidez do ativo, que pode ser expressa por sistemas de crédito e até mesmo cifras digitais.

Isso demonstra que não é necessária a propriedade do dinheiro propriamente dito para que sejam realizadas transações básicas de compra e venda, tal fato tira a demanda de moeda do centro das atenções e traz a importância de meios alternativos de pagamento e mecanismos de crédito.

Todas essas transformações fazem com que a visão que tem-se da moeda seja afetada, bem como o entendimento da dimensão monetária.

Diante do exposto o presente capítulo tem por objetivo mostrar a teoria quantitativa da moeda, bem como a sua influência na área econômica que abrange a moeda e juros, e a política monetária.

2.1. TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA

A teoria quantitativa da moeda ou teoria clássica da moeda, tem seu início com o pensamento iluminista sobre a teoria economia do filósofo, historiador e ensaísta David Hume, que no ano de 1777, no livro "*Of Money, and Other Economic Essays*" faz importantes colocações sobre a moeda, colocações estas que serviram de base fundamental para a teoria, onde coloca que alterações de estoque monetário acarreta em alteração para com a produção de bens e serviços e o nível de emprego, sendo que no campo temporal, no passar do tempo, a alteração feita no estoque de moeda, acaba sendo repassada aos preços.

O dinheiro não é, propriamente falando, um dos assuntos do comércio; mas apenas o instrumento com o qual os homens concordam para a troca de uma mercadoria para outra. Não é nenhuma das rodas do comércio: é o óleo que torna o movimento das rodas mais suave e fácil. (HUME, David, 1777. *Of Money, and Other Economic Essays*, pág 19. Tradução nossa)

A maneira com que Hume aborda o dinheiro e o relaciona com o trabalho, traz o novo olhar do comportamento do sistema econômico, uma vez que relacionado de

forma a ser um facilitador para o desenvolvimento da sociedade, à medida que a moeda circula.

De acordo com Hume (1777, pág 12) “o dinheiro não é nada se não a representação do trabalho e produtos, e serve apenas como um método de classificação ou estima deles”. Uma maior abundância de moeda dentro de uma economia traz benefícios para a sociedade envolvida, uma vez que, apesar do aumento dos valores de dispêndio, a abundância de moeda circulante faz com que a indústria e o trabalho local aqueçam.

Estes efeitos, são notados de maneira gradual, conforme o dinheiro circula, os preços vão se ajustando e os valores passando por aumentos perceptíveis em um prazo maior de tempo. O fenômeno é explicado pelo próprio Hume, onde o entendimento se torna claro.

Supõe-se que determinado negociante receba o valor em ouro e prata para bens vendidos à determinada cidade vizinha à sua. Com o resultado de tal transação bem sucedida, o negociante poderá contratar mais funcionários. À medida que a mão de obra começa a ser mais demandada, os funcionários começam a ficar escassos, sendo assim, requerem salários maiores, devido ao aumento de trabalho.

O trabalhador ao ir para o mercado, percebe que seu poder de compra aumentou, podendo assim comprar bens melhores e em maior quantidade.

Quando o dono do mercado se dá por conta que o estoque de determinado bem está sendo integralmente consumido por seus clientes, aumenta o preço. Entende-se aqui o aumento de preço como ferramenta de controle de escassez, não como uma forma abusiva.

Com o aumento do preço, o dono do mercado tem poder para comprar melhores roupas para si e sua família, logo o ciclo é repetido. Seguindo o pensamento de Hume (1777), esta distribuição não ocorre de maneira uniforme, uma vez que o aumento dos preços acontece sem os salários tenham aumentado como um todo, sendo que apesar do aumento dos preços, o fator renda não é alterado de maneira uniforme. Apesar dessa mudança influenciar o meio econômico como um todo, o impacto é relativamente baixo, devido ao próprio fator temporal.

Como consequência dentro da sociedade, tem-se um aumento geral do estado de bem estar geral, há uma melhora na qualidade de vida, e cabe aos agentes públicos, Hume denomina os Magistrados por serem as figuras da época para o poder político, trabalharem para que o aumento seja controlado e de certa maneira constante, mantendo o equilíbrio e o bem estar geral, tal controle é facilmente feito devido à própria velocidade do ciclo. É tal fato que acaba por tornar a economia forte e por consequência o país.

Para Hume (1777), os preços são independentes da quantidade de bens produzidos, o bem por si só não gera nenhuma riqueza, uma vez que o dinheiro não está circulando, o mesmo não interfere na economia, bem como, apenas a moeda, sem a sua circulação pelo mercado. Logo, para o devido enriquecimento é necessário que os dois se encontrem, bens e dinheiro.

2.2. IRVING FISHER E A EQUAÇÃO DA TEORIA

As ideias de David Hume são pioneiras ao relacionar o dinheiro e o trabalho, o que levou ao início da teoria quantitativa da moeda - TQM. Porém, como citado por Mendonça em seu artigo Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda, de 2011, é Irving Fisher, por meio de sua obra "*The Purchasing Power of Money*", de 1911, que lapida a teoria quantitativa da moeda.

Fisher (1911), com o intuito de transmitir maior veracidade à teoria quantitativa, que até então não possuía sua equivalência em forma de equação, desenvolveu a equação de troca, *equation of exchange*, de maneira com que a teoria recebesse sua relação matemática. No capítulo dois de seu livro, *Purchasing power of money as related to the equation of exchange*, o autor desenvolve o raciocínio da equação de troca. Inicialmente o total de dinheiro circulante, através da variável E, *expenditure*, e a variável M, *money*, representando o dinheiro em circulação no mesmo período tempo, desta maneira, com a divisão de E por M, tem-se como resultante a variável V, *velocity of circulation of money*, que é a velocidade com que o dinheiro circula dentro da economia.

$$E/M=V$$

Logo, diante de tal equação, pode-se afirmar que os gastos com a compra de bens é o resultado da multiplicação do total de dinheiro em circulação com a velocidade com que o dinheiro circula dentro da economia, assim tem-se a função abaixo:

$$E=M.V$$

Esse é o lado que está relacionado com a moeda, do dinheiro propriamente dito. Para o lado dos bens, seguindo a lógica de que toda transação envolve preço e quantidade, temos as variáveis para o preço dos bens, expressa por P , *price*, relativa à média ponderada de todos os preços, e o total de dispêndio para com bens, T , *total output*, que representa a soma de todas as quantidades, resultando assim na equação de troca:

$$M.V=P.T$$

Dentro das condições assumidas por Fisher, o nível dos preços varia de forma direta em relação à quantidade de moeda circulante, diretamente de velocidade de circulação do dinheiro e inversamente ao volume dos bens transacionados.

A primeira relação é a que deve ter uma atenção especial, onde, considerando os valores de V e T permaneçam constantes, a Teoria quantitativa da moeda é formalizada. Mendonça (2011) acrescenta, “Fisher tinha em mente uma relação estável que diz que o estoque de moeda é um múltiplo do total da moeda básica.”. Desta maneira, quando o volume de moeda é alterado, a ideia do nível de preço, segue a mesma proporção. Nesta segunda formulação de Fisher, temos a participação da moeda bancária, sendo o volume de moeda em depósitos à vista e a velocidade com que tais depósitos são feitos. Logo temos a forma expandida da equação de Fisher.

$$M.V+M'.V'=P.T$$

Brito et al. (2013) em Considerações Teóricas sobre a Moeda e a Política Monetária, resume a teoria quantitativa da moeda:

- A moeda define os preços das mercadorias, tendo-se um aumento do estoque nominal de moeda, os gastos com bens de consumo são estimulados, por consequência, o nível geral dos preços aumenta de maneira proporcional à quantidade de moeda em circulação.
- Com essa variação, é assumido que alterações monetárias não afetam variáveis econômicas reais, logo, a moeda é neutra.
- A moeda tem a maior importância na determinação no nível geral de preços, sendo que custos e demanda podem afetar o nível relativos de preços, mas não o nível geral dos preços.
- A quantidade ofertada de moeda é independente das transações econômicas, a base monetária não pode atuar de forma autônoma sobre os preços, pois é determinada pela autoridade monetária.
- A autoridade monetária, banco central, detém o controle total sobre a quantidade de moeda circulante da economia.

De acordo com Fisher tem-se que:

A teoria quantitativa da moeda, portanto, repousa, em última análise, na peculiaridade fundamental que somente o dinheiro, de todos os bens, possui - o fato de que não possui o poder para satisfazer as necessidades humanas exceto o poder de comprar coisas que tenham tal poder. (FISHER, Irving, 1911. pág. 32. Tradução nossa.)

A função da teoria quantitativa de Fisher se tornou base para a economia clássica, perdurando e tendo contribuição dos principais economistas clássicos, porém, perdendo sua notoriedade no século XX, com o movimento Keynesiano, crescente à partir dos anos de 1930, pós crise de 1929 e tornando a tona com Milton Friedman e a ascensão do monetarismo na segunda metade do século.

2.3. POLÍTICA MONETÁRIA

A política monetária é controlada e dimensionada pela autoridade monetária de cada país, sendo tradicionalmente tal função concedida ao Banco Central, que possui o monopólio da moeda, desta maneira, segue instrumentos utilizados para o controle do sistema bancário, dimensionando o nível da taxa de juros e adequando

as variáveis, mantendo a estabilidade de preço e provendo a liquidez necessária para a economia.

Políticas monetárias são, como descritas por Mendes et al.(2015), ações governamentais com o intuito de controle das condições de liquidez da economia através do controle de taxa de juros e da oferta de moeda. Tais políticas têm como objetivo estabilizar e manter o equilíbrio do sistema financeiro, através de políticas expansionistas ou restritivas, para que a liquidez global do sistema econômico seja controlada.

A atuação do Banco Central foca na determinação do volume de reservas obrigatórias dos bancos, regulando a quantidade circulante de moeda dentro da economia, bem como o acesso ao crédito, e manutenção da taxa de juros, de maneira condizente com o nível de atividade econômica do país, para assim manter a liquidez da economia, de maneira a atender as necessidades do sistema econômico.

2.3.1. Regimes cambiais na visão das escolas econômicas

Os diferentes regimes cambiais respondem de maneiras diferentes aos choques monetários e reais. Sendo o regime fixo, o qual possui uma maior eficácia na suavização quando as flutuações têm origem de choques monetários, e regimes mais flexíveis, como o flutuante e o misto, possuem uma maior eficiência em choques reais. A maneira com que cada um responde tem relação direta com a autonomia da política monetária.

Conforme citado por Gomes 2009 apud Mollo et al. (2001), as escolas econômicas têm diferentes visões sobre qual deve ser o regime cambial. A escolas neo-clássica, neo-keynesiana e pós-keynesiana, recomendam diferentes regimes cambiais:

- As abordagens feitas pelos neoclássicos têm dado suporte consistente à prescrição de taxas de câmbio fixas, com menor intervenção da autoridade monetária.

- Os neo-keynesianos consideram para o curto prazo a existência de rigidez nos preços, o que torna favorável o uso de um regime cambial flexível, compensando a rigidez dos preços e assegurando a condução da política monetária.
- A abordagem pós-keynesiana é favorável ao uso de regimes cambiais mistos, principalmente pela atuação do governo no controle de capitais e pelo uso de políticas de atuação baseadas no momento.

Conforme Resende (2017) no século XXI a teoria da política monetária passa a ser vista de maneira diferente, baseando-se nos agregados monetários, assim, a própria teoria quantitativa da moeda deixa de ter notoriedade e passa a ter papel secundário, dando lugar ao modelo neo-keynesiano.

Os neo-keynesianos, têm por base a rigidez de preços e salários no curto prazo, e acreditam na imperfeição dos mecanismos de mercado, que acabam por gerar os choques econômicos, acarretando nos ciclos econômicos.

Os modelos neo-keynesianos são os mais utilizados pelas autoridades monetárias, sustentando a estabilização da inflação por meio da regra de Taylor. Nela, o banco central fixa a taxa de juro nominal do mercado de reservas bancárias em função de quatro itens: (BARBOSA, 2017)

- Hiato da inflação, considerada a diferença entre a taxa de inflação e a meta da inflação almejada.
- Hiato do produto. A diferença entre o PIB corrente e o PIB potencial, sendo que o mesmo pode ser positivo ou negativo. Tal função serve para mensurar as oscilações cíclicas.
- Taxa de juros natural, equilíbrio entre a poupança e o investimento no pleno emprego.
- Taxa de inflação, média do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período.

Quando a inflação for igual à meta e a economia estiver em pleno emprego, a taxa de juros nominal de longo prazo será igual à soma da taxa de juros natural com a meta de inflação. que a inflação pode ser estabilizada por meio de uma regra para juros. Seguindo a regra de Taylor, para a estabilização, os juros devem ser reduzidos ou aumentados de maneira mais do que proporcional. (RESENDE, 2017)

2.3.2. Regimes cambiais

Para o entendimento da política monetária, deve-se ter a noção para com relação ao funcionamento dos regimes cambiais. Gomes (2009) faz a divisão dos regimes em três grupos, podendo ser câmbio fixo, flutuante ou intermediário, que é referido também como câmbio misto. Neste subitem será feita a explanação de cada um dos modelos de câmbio.

2.3.2.1. Câmbio Fixo

O câmbio fixo tem por característica a taxa de câmbio fixada pelo Banco Central, onde o mesmo transaciona moeda estrangeira por um preço determinado previamente.

Em regime de câmbio fixo o Banco Central vende títulos públicos, para que assim a base monetária entre em contração e aumente a taxa de juros. Com taxas de juros mais altas, investidores são atraídos, trazendo mais capital externo ao país, logo, de maneira a impedir a queda na taxa de câmbio, o Banco Central é obrigado a comprar reservas internacionais. A compra das reservas internacionais aumenta a base monetária, e reduz a taxa de câmbio, acarretando uma menor entrada de capital externo, levando ao retorno da taxa de juros ao câmbio anterior. (BARBOSA, 1996)

O Banco Central em regime de câmbio fixo requer uma disciplina rígida para a manutenção do câmbio, sem expansão de crédito líquido, para que assim seja mantida a taxa fixa do câmbio. Dentro de um regime fixo, o financiamento de déficit público não é compatível com o funcionamento do mesmo. Levando assim para um dos principais argumento dos defensores do câmbio fixo, sendo que, devido a rigidez necessária, a política monetária deve ser conduzida com mais disciplina, devido ao fato de que o Banco Central, além de não poder financiar o déficit público com a impressão de moeda, tem uma taxa de juros que fica além do controle da instituição.

Ao adotar um regime de câmbio fixo, estabelece-se uma regra para a condução da política monetária, que torna-se passiva na medida em que é

determinada pelo resultado do balanço de pagamentos. A ocorrência de um superávit no balanço de pagamentos expande a oferta monetária e os déficits contraem a oferta de moeda.

A autoridade monetária não possui autonomia para executar a política monetária, pois existe um compromisso institucional para manter a taxa de câmbio em determinado patamar, tendo a taxa de câmbio como o elemento central da política monetária. (GOMES, 2009)

A não participação da autoridade monetária estipulando a taxa de câmbio coloca a mesma em uma posição de passividade, sem a efetividade do controle da política monetária pelo Banco Central.

Devido a essa política monetária passiva, no longo prazo faz com que a taxa de expansão monetária do determinado país que segue o regime fixo, irá acompanhar a expansão monetária do país com o qual o câmbio está vinculado, sendo igual à moeda está atrelada. (BARBOSA, 1996)

A fixação do câmbio pode ser também relacionada a um ativo, não necessariamente à uma moeda externa, como exemplo a utilização do padrão ouro como balizador monetário, que vigora até o início da década de 1970. O câmbio fixo é utilizado principalmente por países em desenvolvimento, considerando a estabilidade e previsibilidade da política monetária, mas em contraponto, é mais restrito, com menor autonomia das políticas monetárias e menor poder da autoridade monetária.

2.3.2.2. Câmbio flutuante

No sistema de câmbio flutuante, o Banco Central, não fixa um valor para a moeda estrangeira, contrário ao fixo, deixando com que o mercado, por meio da oferta e demanda, regule e dite a valoração para a moeda. A intervenção do Banco Central no campo do mercado monetário é constante, sendo feita por meio de operações de mercado aberto, efetuando a compra e venda de títulos públicos. No mercado cambial, intervenções são esporádicas, concedendo liberdade de flutuação do mercado. (BARBOSA, 1996)

Regimes de câmbio flutuante são muito usados a partir da quebra do acordo de Bretton Woods, com maior liberdade no controle monetário e pela flexibilidade do regime, que atribui uma maior autonomia às autoridades monetárias no uso de políticas monetárias. O regime flutuante é utilizado principalmente em economias mais desenvolvidas, com suas bases monetárias consolidadas.

2.3.2.3. Câmbio Misto

O uso misto do regime fixo e do flutuante, aproveita as vantagens dos mesmos, tendo uma autonomia política monetária, com baixa volatilidade, controle inflacionário e alinhamento da taxa de câmbio. O regime de câmbio misto possui duas vertentes: *Pegged* e bandas cambiais. (GOMES, 2009)

Apesar dos dois sistemas serem classificados como mistos, cada um deles possui características bem específicas.

- O primeiro, chamado de *Pegged*, é considerado uma derivação do câmbio fixo, tendo uma rigidez menor por não apresentar o compromisso institucional da taxa de câmbio fixa. Esse tipo de regime tem como objetivo o controle da taxa de câmbio a partir de metas da política doméstica, como controle da inflação ou aumento das exportações. Nos regimes *pegged* os mais comuns são o *crawling peg*, chamado também de fixo rastejante e o *adjustable peg*, fixo ajustável.

Em um regime *crawling peg*, a taxa de câmbio nominal é ajustada periodicamente de acordo com a avaliação de vários indicadores. A correção é feita, na maioria das vezes, considerando a inflação doméstica e a externa, estabilizando assim a taxa de câmbio real. No regime *adjustable peg*, a taxa de câmbio nominal permanece fixa, mas o banco central não é obrigado a manter a paridade indefinidamente, possibilitando que sejam realizados ajustes eventuais na alteração da paridade cambial.

Em geral, regimes *pegged* oferecem uma volatilidade menor quando são comparados aos regimes de câmbio flutuante, tal fato faz com que as condições sejam melhores nas negociações entre os exportadores e investidores estrangeiros.

Diferentemente dos regimes cambiais fixos, as autoridades monetárias mantêm certa autonomia sobre a política monetária, saindo assim da passividade

total com que se encontram em um regime fixo. Nas condições de sistema misto, podem ocorrer mini-desvalorizações diárias, considerando que a paridade cambial seja determinada anteriormente pelas autoridades monetárias. (GOMES, 2009, apud CARVALHO et al., 2000).

No lado contrário, os regimes *pegged* em função da sua flexibilidade podem estimular o endividamento externo e também a especulação da moeda, tal fato acaba por questionar a âncora cambial.

- No segundo regime, tem-se o sistema de bandas cambiais. Países que optam por este regime têm o objetivo principal de estabilidade do câmbio e dos preços. As autoridades monetárias deixam a taxa de câmbio flutuar de maneira livre dentro de determinadas margens ou bandas que são pré-definidas.

A autoridade monetária define o nível desejado de volatilidade da taxa de câmbio. O intervalo dentro do qual a taxa de câmbio pode variar é a banda definida como tolerável à flutuação cambial. As bandas evitam as consequências negativas do excesso de volatilidade, pois sua banda de flutuação sendo definida trás uma maior previsibilidade, sem incorrer na rigidez e limitações impostas pelo regime de câmbio fixo. (GOMES, 2009, apud DE CONTI, 2007)

É a amplitude das bandas cambiais que determina o grau de autonomia da política monetária. Uma amplitude da banda muito estreita, deixa a política monetária muito limitada, semelhante ao que ocorre em regimes de câmbio fixo. No regime de bandas cambiais, o ponto central da banda e a amplitude do intervalo são previamente definidos, sendo que ambos não se alteram ao longo do tempo.

Como principal exemplo de câmbio misto, tem-se como exemplo o Brasil, que trabalha com o regime de câmbio misto de banda cambial.

2.4. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

A racionalidade econômica por trás do comportamento e ações do banco central deve estar fundamentada na relação entre os indicadores e informações imediatas sobre a direção e a intensidade do efeito dos instrumentos e o objetivo final que visa a política monetária, sendo objetivado o estado de bem estar geral.

Mendes et al. (2015) considera como instrumentos clássicos da política monetária quatro variáveis controladas diretamente pelo próprio Banco Central, são elas:

- **Controle da emissão de moeda** - O Banco Central controla o volume de moeda da economia. Cabe a ele as determinações das necessidades de novas emissões e manutenção dos respectivos volumes.
- **Depósitos compulsórios ou reservas compulsórias** - Bancos comerciais, têm como obrigação depositar um percentual determinado sobre o valor dos depósitos à vista.
- **Open market** - O governo compra e vende títulos públicos ou obrigações públicas no mercado aberto. O efeito esperado com a venda de papéis é a redução dos meios de pagamento, o governo emitindo títulos e os vendendo, faz com que a quantidade de moeda circulante na economia diminua. Da mesma maneira, quando o governo tem como objetivo injetar dinheiro na economia, compra os títulos, colocando mais moeda para circular na economia.
- **Política de redesconto** - O Banco Central libera recursos aos bancos comerciais, na forma de empréstimo e redesconto de títulos. Dentro dos redescontos, tem-se redescontos de liquidez, para que sejam cobertos eventuais débitos na compensação de cheques, e redescontos especiais, sendo empréstimos autorizados pelo Banco Central visando estimular setores específicos, sendo feito empréstimos a setores específicos e redescontam o título junto ao Banco central.

Os instrumentos, conforme sua medida, têm a capacidade de influenciar a economia como um todo, a maneira como são usados os instrumentos resulta na divisão de dois perfis para a políticas monetárias: a expansionista e a restritiva.

2.4.1. Política monetária expansionista

Com a utilização dos instrumentos monetários, as políticas monetárias são caracterizadas de duas maneiras, podendo ser restritiva ou expansionista. (FGV-EBAPE, Política Monetária, 2018)

Uma política monetária expansionista visa a aceleração da economia, como a própria teoria da moeda traz, uma quantidade maior de moeda circulante na

economia, incide diretamente no nível da economia, aquecendo a mesma de maneira geral.

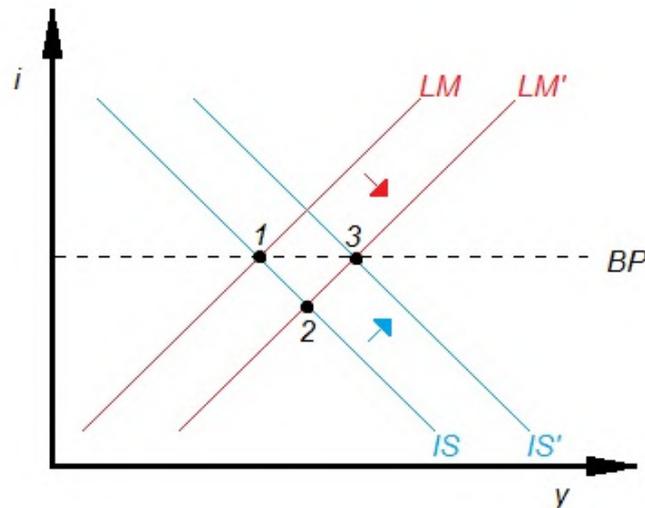
Para um aumento de liquidez, ocorre a diminuição da taxa selic, assim, o dinheiro fica mais barato, da mesma forma os empréstimos se tornam mais acessíveis, e uma maior quantidade de pessoas buscam o crédito, incidindo direta e positivamente sobre a demanda agregada.

- Diminuição do recolhimento compulsório: O Banco Central diminui os valores que toma em custódia dos bancos comerciais, possibilitando mais crédito à população.
- Assistência financeira de liquidez: O Banco Central faz empréstimos aos bancos comerciais com prazos e taxas de pagamento pré-determinados. Com o aumento do prazo e diminuição das taxas destes empréstimos, automaticamente faz com que a taxa de juros seja afetada, essa medida auxilia para que a taxa de juros da economia diminua.
- Compra de títulos públicos: O Banco Central compra títulos públicos, que são emitidos por ele mesmo, e assim expande os meios de pagamentos, injetando na economia uma maior quantidade de moeda.

De maneira a ilustrar os comportamentos das políticas monetárias dentro da economia, usa-se o modelo de Mundell-Fleming, conhecido como IS-LM-BP, que ilustra de forma gráfica por meio da curva LM (*Liquidity preference Money supply*), correspondente aos investimentos e ao dinheiro circulante, e da curva IS (*Investment Saving*), investimento e poupança, em alinhamento com a linha da BP, balança de pagamento, o comportamento das políticas monetárias. (BRAATZ, 2018)

Dentro destes comportamentos, são considerados os movimentos para economias com taxa de câmbio fixo e também com taxa de câmbio flutuante.

A figura 1 ilustra o comportamento de uma política monetária expansionista com a situação de câmbio flutuante.



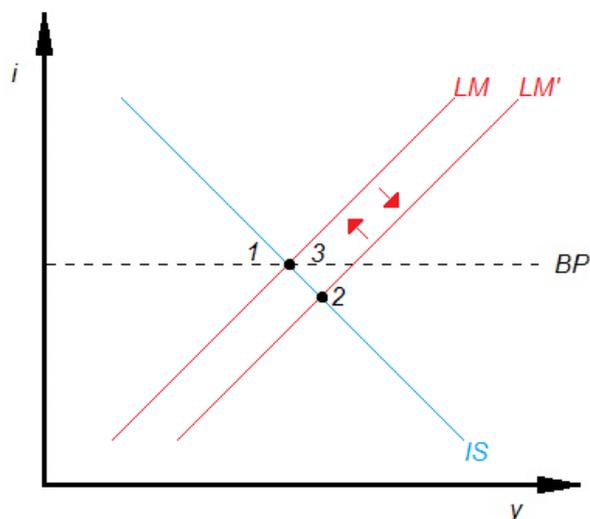
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Na figura 1, demonstra que o aumento na oferta da moeda deslocará a curva LM, ponto 1, para direita, passando a curva para LM', ponto 2, assim a taxa de juros é reduzida, o que acaba por aumentar o nível de renda, esse efeito é ocasionado pela taxa de juros mais baixa sobre o investimento.

No ponto 2, estando abaixo da linha BP, ocorrem os déficits na balança comercial, causando o acúmulo de déficits na conta capital. A redução da taxa de juros faz com que o capital especulativo seja retirado do país, assim, tais déficits acabam desvalorizando o câmbio.

O câmbio desvalorizado tem o efeito de deslocar a curva IS para a direita, gerando uma nova curva, a IS', tornando ao equilíbrio do balanço de pagamentos. O aumento de exportação e queda de moeda, induzidos pela desvalorização cambial gera um efeito demanda sobre a IS, o qual permite que a balança comercial seja superavitária, tendo o novo equilíbrio com um nível maior de renda, no ponto 3.

Por meio da figura 2, observa-se o movimento de uma política monetária expansionista em um regime de câmbio fixo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Em uma economia com câmbio fixo, o deslocamento acontece somente através da curva LM, que nesta situação, sendo expansionista, desloca-se para a direita, não havendo mobilidade da curva IS, como ilustrado na figura 2.

O aumento da oferta de moeda desloca a LM para a direita, logo reduz a taxa de juros e aumenta o nível de renda pelo efeito que a taxa de juros mais baixa sobre os investimentos. Desloca-se para o ponto 2, em LM'. Neste ponto, abaixo da curva do balanço de pagamentos tem-se os déficits na balança comercial, que acumulam-se com déficits na conta capital. A queda da taxa de juros faz com que o capital especulativo saia. A saída do capital acaba por desvalorizar o câmbio.

Com o aumento de exportações e a queda de moeda induzida pela desvalorização cambial gera um efeito de demanda sobre a IS, que permite que a balança comercial seja superavitária e retorne ao equilíbrio.

Para manter a paridade do câmbio fixo, a autoridade monetária necessita vender a moeda estrangeira e retrain a oferta de moeda interna. Tal comportamento tem como objetivo o retorno ao ponto inicial, ponto 3, onde a curva LM torna à posição inicial, ponto no qual os efeitos da expansão monetária inicial é anulada.

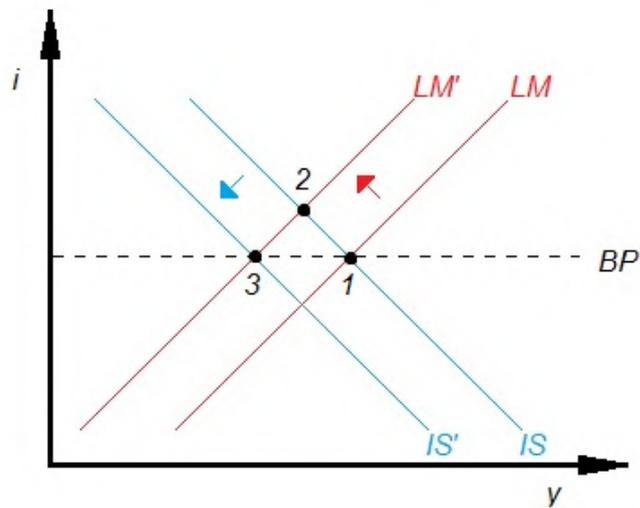
2.4.2. Política monetária restritiva

Em contraponto à política expansionista, tem-se a política restritiva, que objetiva a redução da quantidade de moeda em circulação e a encarecer os empréstimos, deixando o dinheiro mais caro e por consequência, o crédito se torna mais escasso. Políticas restritivas são utilizadas principalmente como controle da inflação, as mesmas são aplicadas comumente após períodos de políticas expansionistas. (FGV-EBAPE, Política Monetária, 2018)

O comportamento dos instrumentos se dão da seguinte maneira:

- Aumento do compulsório - O aumento da taxa compulsória faz com que os bancos privados diminuam a oferta de crédito à população, uma vez que o Banco Central aumenta a taxa de depósito exigida aos bancos comerciais, retirando dinheiro da economia e causando assim uma retração no mercado.
- Assistência financeira de liquidez - O aumento na taxa dos empréstimos aos bancos comerciais, juntamente com um prazo menor para pagamento, acarreta em um aumento na taxa de juros da economia, causando assim a redução da liquidez.
- Venda de títulos públicos - A venda de títulos públicos por parte do banco central, ao contrário da situação que tem-se na compra, retira moeda da economia, uma vez que as moedas são trocadas pelos títulos, contraindo os meios de pagamento e reduzindo a liquidez.

Na figura 3, vê-se o comportamento de uma política monetária restritiva em um regime de câmbio flutuante.



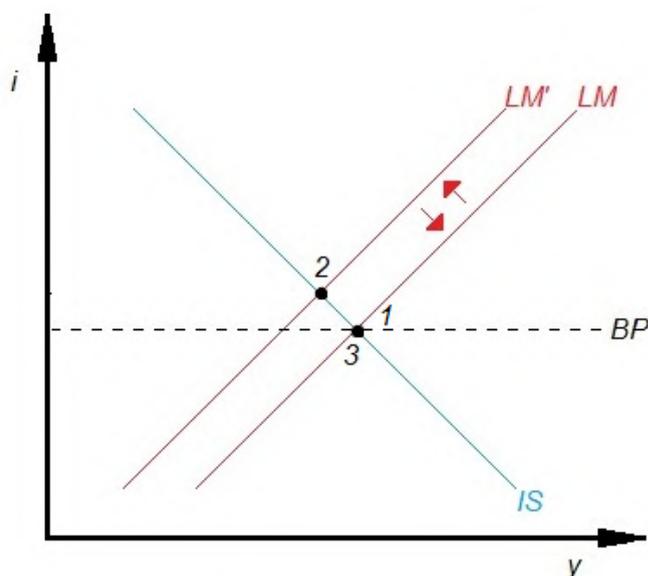
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Na figura 3, pode-se ver que a diminuição da oferta de moeda, desloca a LM para a esquerda, gerando o aumento da taxa de juros e diminuindo o nível de renda, dado o efeito que a taxa de juros mais alta tem sobre os investimentos, levando a economia a deslocar-se do ponto 1 para o ponto 2, LM'.

No ponto 2, acima da linha do balanço de pagamento tem-se os superávits da balança comercial. Com o aumento da taxa de juros, uma maior quantidade de capital especulativo entra na economia, estes superávits que fazem com que o câmbio passe por uma valorização.

Com a valorização do câmbio a curva IS desloca-se para a esquerda, criando a curva IS', que torna ao equilíbrio do balanço de pagamentos no ponto 3, sendo que neste ponto a taxa de juros poderá ser a mesma ou muito semelhante à taxa inicial encontrada no ponto 1, porém o nível de renda será menor. (BRAATZ, 2018)

A figura 4 ilustra o comportamento da curva IS-LM-BP para uma política monetária restritiva sob o regime de câmbio fixo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A redução da oferta de moeda, mostrada na figura 4, em um regime de câmbio fixo desloca a curva LM para esquerda, indo do ponto 1 para o ponto 2, gerando uma nova curva, a LM', ocasionando assim um aumento na taxa de juros e uma redução no nível de renda pelo efeito com que a própria taxa de juros estando mais alta exerce sobre os investimentos.

Por ser um regime cambial fixo, não há o movimento da curva IS, logo, a mobilidade afeta apenas a curva LM. No ponto 2, acima da linha do balanço de pagamentos tem-se os superávits da balança comercial, dado pela redução das importações que é induzida pela renda. A retenção da moeda no mercado interno, no caso da redução das importações, tende a valorizar o câmbio.

Para manutenção do câmbio fixo, a autoridade monetária compra moeda estrangeira e aumenta a oferta de moeda interna, trazendo novamente a curva LM para o equilíbrio no ponto 3, anulando parcialmente o efeito da contração monetária inicial.

2.5. EMPREGO E PREÇOS

Em relação ao comportamento do banco central com no que diz respeito ao emprego e aos preços, Barbosa (1996), determina as definições de uso de políticas monetárias, com os movimentos da seguinte maneira:

- Estando o nível de preços acima da meta estabelecida, a autoridade monetária aumenta a taxa de juros, trabalhando assim com uma política monetária restritiva.
- O nível de preços estando abaixo da meta, é adotada uma política monetária expansionista, estimulando o mercado com a redução das taxas de juros.
- Quando o objetivo final da política monetária é o pleno emprego da economia, o banco central reduz a taxa de juros no momento em que a economia está abaixo do pleno emprego. Quando a economia se mostra plenamente aquecida, os juros sofrem novamente aumento.
- Com o objetivo final da política monetária sendo a estabilidade dos preços, ou o nível de emprego, objetivos intermediários são usados no curto prazo, ações cuja informação é disponível com maior rapidez do que aquelas relativas ao objetivo final.
- A taxa de juros no mercado de reservas bancárias, depósitos dos bancos comerciais para o Banco Central, é aumentada pelo mesmo quando o estoque do agregado monetário estiver maior do que a meta intermediária definida.
- O Banco Central aumenta a taxa de juros no mercado monetário, caracterizado pelos empréstimos de curto prazo, até um ano, quando a taxa de juros de longo prazo fica abaixo da meta estabelecida para a mesma.

As políticas monetárias regulam a economia por meio do crédito, da oferta e demanda de moeda, objetivando o bom funcionamento do sistema monetário de cada país, estimulando o consumo, o investimento e caminhando para o bem estar coletivo.

3. A ORIGEM, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA

A moeda surge com a necessidade de padronização do sistema de trocas, possibilitando as mesmas negociações entre povos de diferentes países e com diversas necessidades, sendo diferente do escambo, onde a negociação dependia da necessidade de cada parte ser atendida.

Desde o surgimento da moeda, ela tem se transformado, de grãos a metais, de papel até números em uma tela, seus formatos, os mais variados possíveis, retratando os momentos de cada cultura, além de seu fator de troca, é vista como um documento que retrata as fases e faces da humanidade, um registro histórico da economia.

Diante do exposto o presente capítulo tem por objetivo realizar uma contextualização da história e evolução da moeda, no mundo e no Brasil.

3.1. HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA NO MUNDO

A necessidade humana é o principal fator de evolução das culturas, ela traz a busca por meios de conquista de fatores essenciais. Trocas e negociações por bens de existência estão presentes desde o mais remoto histórico da civilização, o uso de itens como fatores de troca, foram essenciais para o desenvolvimento da economia.

Quando tratamos da origem da moeda, evidenciamos que seu aparecimento decorreu da necessidade de superar obstáculos para o desenvolvimento do sistema de trocas, em que economias não primitivas, em que a divisão do trabalho e a especialização individual para o exercício de funções produtivas passaram a intensificar o regime social de interdependência. (LOPES; ROSSETTI, 2005 - P. 28)

Nas civilizações iniciais o comércio de bens eram feitos por meio do escambo, que se caracteriza como uma economia de troca, onde não há o uso de moeda, tendo como base a negociação entre as partes com itens de utilidade para os envolvidos.

O sistema de negociação por trocas é o mais antigo sistema existente da civilização tendo a origem datada por volta do ano de 6.000 aC., sendo usado por tribos mesopotâmicas e posteriormente sendo adotado pelos Fenícios. (ESCAMBO, 2020)

A principal dificuldade deste sistema estava na variação dos itens oferecidos, no caso de uma economia simples, onde a disponibilidade e a necessidade são mínimas, o funcionamento era aceitável, porém quando a gama de itens aumentava, a negociação ficava mais complexa. Assim, os Babilônios melhoraram o sistema, com a utilização de itens como comida, especiaria e chás, que eram mais facilmente aceitos pelas partes na negociação, pois são itens que praticamente todos os povos têm necessidade. Com o movimento do uso de itens de consumo, com a consequente maior aceitação entre os envolvidos, o caminho foi aberto para o que é conhecido como moeda-mercadoria. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016)

Com as moeda-mercadorias é definido um padrão para as trocas, com o uso de um item específico para as negociações feitas dentro da sociedade. Na maioria das vezes as mesmas eram alimentos e especiarias, produtos perecíveis, que perdem seu valor com o tempo, pois acabam por deteriorar-se quando estocados.

A moeda-mercadoria tem por característica a sua raridade, sendo assim possuem valor, e atende a uma necessidade comum e geral, sendo aceita sem nenhuma restrição entre os envolvidos na operação de troca. Seu valor se restringia ao valor de uso do item, sua aceitação se dá na utilidade do bem. (LOPES; ROSSETTI, 2005)

O trabalho era pago por meio de mercadorias, a remuneração por serviço prestado era feita através de itens específicos que eram aceitos dentro da economia como moeda circulante entre os cidadãos. A seleção das moedas-mercadorias era específica para cada cultura, variando entre diferentes povos.

Na Roma antiga, o pagamento dos soldados era feito com gramas de sal, tal fato origina a palavra salário, que é denominação ao recebimento para com o trabalho executado. A sua valorização se dava pelo fato da dificuldade em obter, sua raridade, e em seu uso para com os alimentos, na conservação e tempero da comida e no tratamento do couro de animais. (SUPERINTERESSANTE, 2006)

Dado seu uso e raridade, era facilmente trocado e negociado com itens que também eram vitais à sobrevivência, como armas, vestimentas e alimentos. Observa-se então, que o termo salário, advém do uso do sal como termo de trocas.

Os astecas usavam como dinheiro grãos de cacau, com eles era possível comprar frutas e legumes, jóias e produtos manufaturados, como sandálias, roupas, armas e armaduras, até mesmo álcool e escravos podiam ser comprados com grãos de cacau. Em transações maiores, os comerciantes calculam valores em sacos de aproximadamente 24 mil grãos. (WEATHERFORD, 1999)

Nestas negociações maiores, pelo fato da quantidade de grãos ser muito volumosa, os astecas usavam o *quachtli*, que era uma espécie de manto de algodão, com valor que poderia variar de 60 a 300 grãos de cacau. O *quachtli* servia justamente para transferências financeiras de maior volume como por exemplo, a compra de escravos ou vítimas para sacrifícios.

De acordo com Lopes e Rossetti (2005), a substituição da moeda mercadoria se deu devido em grande parte à dois fatores:

- Não atender as devidas características essenciais de um instrumento monetário. Sua aceitação era comprometida pela falta de confiança em mercadorias não homogêneas ou que pela ação do tempo pudesse ser alterada, destruída ou perder sua validade. Outras não eram de fácil transporte ou de fácil divisão e transferência.
- O valor de uso e o valor de troca na mercadoria selecionada compromete o seu papel quando utilizada como bem de consumo, tornando assim ao escambo.

Por volta do ano de 3000 a.C. surge na Mesopotâmia o *shekel*, que é considerada a primeira variedade de moeda utilizada pelo homem. *Shekel* significa “pesar”, e equivale a aproximadamente a 8,4 gramas de cevada. Em transações maiores, eram usados pequenos discos de metal, que seriam trocados nos templos pela quantidade respectiva de grãos de cevada. (A História da Moeda, 2018)

A maior vantagem do uso de discos metálicos, é o fácil transporte, evitando o desconforto de transportar grandes volumes de cevada para fazer uma compra, além da praticidade de estoque e negociações.

Esses pequenos discos passaram a ser chamados de *shekel*, incorporando o nome da medida à moeda. O formato do *shekel* possui grande semelhança ao que tem por conhecimento de moeda, porém seu uso era restrito à transações internas,

circulando somente dentro da sociedade e nos templos, não tendo assim uso fora deste meio. (A História da Moeda, 2018)

Mesmo que a moeda estivesse inserida dentro de uma sociedade, sem transacionar com povos vizinhos, o *shekel* foi o começo histórico da moeda como bem de uso e compra.

Com o amadurecimento do sistema de moedas, a humanidade foi selecionando os seus materiais, até por volta de 700 aC., quando o rei Aliates, fundador do Reino da Lídia, hoje Turquia, ordena a extração de um pedaço de eletro, uma liga natural de ouro e prata, e com ele é fundida em forma circular, pode-se ver um exemplar na figura 5, com a efígie de um leão, símbolo da família real Lidiana, a moeda mais antiga de metal nobre. A valoração estimada da moeda era cerca de 11 ovelhas ou 10 cabras.

A figura 5 mostra a imagem da Moeda de ouro Lídia - Ano 630-620 A.C.



Fonte: <https://jafetnumismatica.com.br/historia-da-moeda/>

Tais materiais, possuem características propícias para o uso em moedas, onde temos um material de expressiva raridade, cobiçado, com durabilidade significativa às intempéries e de superior beleza. O principal diferencial estava em seu valor de uso não comprometer o seu valor de troca. (WEATHERFORD; CAMARGO, 1999)

O ouro, além dos pontos citados anteriormente, possui grande valor religioso, dado que sua cor é associada ao brilho do sol, astro cultuado em inúmeras culturas. Sempre muito utilizado em adornos e relíquias sagradas.

Apesar da adoção das moedas como sistema monetário, o uso de moeda mercadoria foi usado largamente até a idade média. O sistema de trocas com mercadorias não desaparece e ressurgue sempre que o fluxo normal de comércio e da vida econômica é interrompido. Um exemplo ilustrativo são os momentos onde há a quebra da paz, as épocas de guerras.

Na II guerra mundial as trocas se tornaram muito comuns pela Europa. Os itens mais comuns usados nas trocas eram cigarros, chicletes e chocolates. Neste período, o chocolate tem uma valorização monetária muito grande, tal valorização se equipara ao valor do item no império Asteca.

A utilização de metais permite que seja feita a cunhagem da moeda, declarando e estampando na face o seu valor monetário, tendo um padrão para as negociações. Com a cunhagem, a criação das efígies traziam a origem da moeda e o período de sua criação, sendo assim um item com cunho cultural.

Os principais materiais utilizados para a confecção de moedas eram o cobre e o ferro. Devido à sua abundância, tal fato que não atende ao fator reserva de valor necessário para uma moeda, o ouro e a prata, metais nobres e raros passam a ser o principal material para a cunhagem de moedas.

O ouro e a prata mostraram-se adequados pela sua aceitação geral entre todos os países, sua escassez é maior comparada aos demais metais, de forma que seu valor mantém a estabilidade ao longo do tempo, o que facilita a aceitação e confirma a confiança pública. Com o crescimento do fluxo de negócios, surgem dificuldades de suprimentos monetários no século XI e XII, os metais preciosos ficam escassos, sendo no século XVI, período das grandes navegações, e descobrimento da América, quantidades abundantes de ouro e prata chegam à Europa, tendo assim suprido a demanda por metais monetários preciosos.

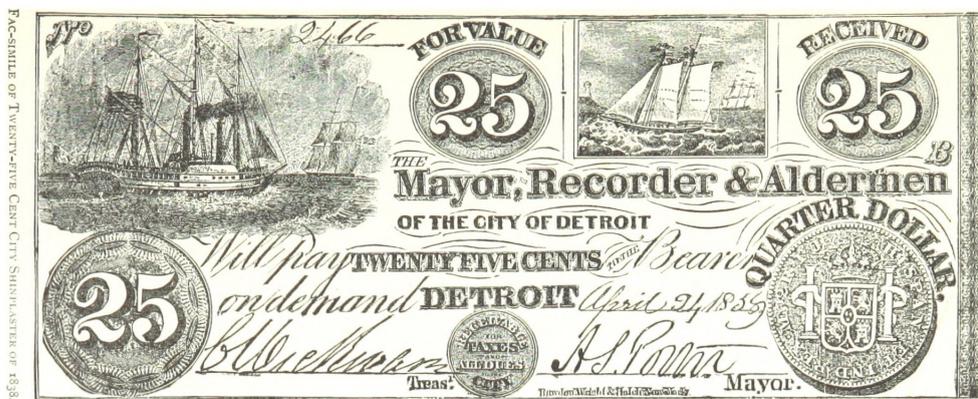
A circulação dos valores e o aumento de negociações entre regiões e países revelam certos inconvenientes com relação às moedas metálicas, mais especificamente com relação ao transporte, devido ao peso, volume e o risco de roubo.

Após o renascimento, comerciantes, tendo em vista estas situações, recorrem às casas de custódia, onde o ouro e a prata eram custodiados, e os depositantes

recebem certificados de depósito, que são objetos muito mais leves, seguros e práticos. Os certificados de depósitos começam a circular no mercado, substituindo as moedas metálicas. Surge assim a moeda representativa, também conhecida como moeda-papel, com o valor lastreado em ouro e prata e conversão garantida na totalidade do valor, sendo possível ao detentor do papel a qualquer momento trocar o valor pela respectiva soma de metal precioso. (LOPES; ROSSETTI, 2005)

O uso generalizado da moeda-papel, traz a constatação de que não se faz necessário o lastro integral do metal, pelo fato de que não há a retirada da totalidade do valor em reserva metálica, considerando tal ponto, ourives e guardiões dos metais nobres, de maneira cautelosa começam à emissão de certificados de depósito não lastreados, que ao contrário da moeda-papel, não possuem seu valor em reservas de metais preciosos. Surge a moeda fiduciária, também conhecida como papel-moeda.

A figura 6 mostra a imagem da nota de 25 centavos emitida pela cidade de Detroit - Ano 1838.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/britishlibrary/11174273074/in/photostream/>

A emissão do papel-moeda era feita por meio de instituições particulares, que imprimem o papel-moeda e emprestam o valor em ouro, sendo baseado totalmente na confiança e bom senso da instituição e dos envolvidos, o sistema de emissão particular findou à falência, por consequência, a impressão de papel-moeda tornou a ser regulamentado pelo Estado. A figura 6 mostra um exemplar emitido pela cidade americana de Detroit no século XIX.

A regulação por meio do governo estabelece três premissas básicas de acordo com Lopes e Rossetti (2005)

- Cobertura Integral: As emissões devem ser iguais ao montante do encaixe metálico, ou seja, o valor emitido deve corresponder à reserva do valor em metais.
- Reserva proporcional: Estabelecimento de uma relação legal entre a emissão e o encaixe metálico.
- Teto máximo: Limite de emissão sem relação com o encaixe metálico. Tendo a vantagem de ser mais flexível, com uma regulação monetária mais fácil para com as necessidades da economia.

Devido à inflexibilidade de tal sistema, após a I Guerra Mundial, são estabelecidos dois novos sistemas, citados por Lopes e Rossetti (2005), com o padrão ouro sendo o balizador:

- *Gold Exchange Standard* ou padrão de troca de ouro: A moeda de um país, não baseada no padrão-ouro, é baseada conforme outra moeda que segue o padrão de ouro, as notas são convertíveis em ouro.
- *Gold Bullion Standard*: As notas são conversíveis em lingotes de ouro com um preço fixo estabelecido, não tem o seu uso em pagamentos internos. Sua função é para com as transações internacionais.

Com a quebra da bolsa de Nova York no ano de 1929, a economia entra na chamada Grande Depressão, as medidas estabelecidas até o momento se mostram ineficientes dentro do novo cenário. A partir deste ponto, as moedas nacionais abandonam o lastro da moeda por meio de metais. (REIS, 2018)

Em julho de 1944, a II Guerra Mundial caminha para o fim, a Alemanha já se vê praticamente derrotada pelos aliados. Os representantes das 45 nações aliadas se reúnem no Mount Washington Hotel na cidade americana de *Bretton Woods* para o alinhamento das políticas monetárias seguintes ao fim da guerra, com o objetivo de facilitar o comércio internacional e reconstruir as economias mais afetadas, padronizando as políticas cambiais e construindo um sistema financeiro multilateral.

O pacote de medidas recebe o nome de acordo de *Bretton Woods*, é composto por normas que norteiam o funcionamento do sistema financeiro e econômico mundial. As definições principais são:

- Uso do dólar americano como moeda padrão em transações internacionais.
- Criação do lastro em padrão-ouro com base no dólar americano, onde cada dólar tem valor de 35 gramas de ouro.
- Indexação da taxa de câmbio entre o dólar americano e as demais moedas.
- A criação do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Todas as entidades com o intuito de apoio, fiscalização e supervisão econômica e financeira.

Os termos definidos pelo acordo, colocam os Estados Unidos da América na posição de líder das relações financeiras entre os países e logo, por consequência, de toda a economia mundial. (REIS, 2018)

O controle tendo um país responsável pelo sistema financeiro torna a economia global suscetível às variações que por ventura tal economia do país responsável venha a sofrer, bem como as políticas econômicas atreladas ao seu planejamento monetário.

Com o dólar enfraquecido no final dos anos 60, e subsequente emissão de dólares como forma de financiamento para os déficits orçamentários e estímulo à economia interna, os países seguiram a mesma medida, pois, devido ao acordo se faz necessária a emissão para manutenção do câmbio fixo com o dólar. Essa medida acabou resultando em uma demanda maior por ouro, onde muitos buscam a retirada de seus valores depositados. A ação conjunta de busca por ouro, faz com que não haja mais lastro para cobrir a paridade do dólar com o ouro, em consequência, em 1971, o presidente americano Richard Nixon encerra a convertibilidade do dólar em ouro, encerrando os termos desenhados pelo acordo de *Bretton Woods*. (REIS, 2018)

O dólar ainda é a moeda adotada para transações e funções internacionais, é o principal indexador das negociações entre países. Os Estados Unidos da América após II guerra mundial e *Bretton Woods*, mantém a posição de nação hegemônica e representativa na economia mundial, mesmo que não de forma tão intensa e significativa como no passado, moldando comportamentos econômicos e de consumo.

3.2. HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA MOEDA NO BRASIL

O primeiro dinheiro a circular no Brasil, bem como uma economia rudimentar, foi a moeda-mercadoria, que perdurou por um espaço significativo de tempo, perdurando após a introdução da moeda metálica. A primeira moeda-mercadoria no Brasil foi o açúcar, que em 1614 passou a ter valor monetário, através da ordem do governador Constantino Menelau. Apesar do uso oficial do açúcar, outros itens têm a mesma função, o fumo, o algodão e até mesmo a madeira são usados em transações dentro do país. (EDUCACIONAL)

Da mesma forma que as demais economias, a evolução do comércio, bem como o desenvolvimento da colônia brasileira, as mercadorias usadas como moeda passam a ser pouco práticas nas negociações, abrindo espaço para o uso das moedas de metais nobres.

As primeiras moedas metálicas, de ouro, prata e cobre, chegaram junto com os colonizadores portugueses, com o nome de Real, sua utilização dentro do Brasil perdurou por todo o período colonial. No ano de 1624, juntamente com a invasão holandesa ao nordeste do país, são cunhadas as primeiras moedas em território brasileiro. Com formato quadrado, como pode-se ver na figura 7, as moedas eram feitas em ouro e prata, recebem o nome de florim. (EDUCACIONAL)

A figura 7 apresenta a imagem do Florim, a primeira moeda do Brasil - Ano 1646.



fonte:<http://blogbentes.blogspot.com/2016/02/obsidionais-holandesas-as-primeiras.html>

Em 8 de março de 1694, a Casa da Moeda do Brasil é fundada pelos governantes portugueses para que o ouro que vem das minerações seja transformado em moedas. A Casa da Moeda sediada na cidade de Salvador, Bahia, inicia a cunhagem de moedas em 1695, essas são as primeiras moedas genuinamente brasileiras. As moedas com faces valoradas de 20 a 640 réis são cunhadas em prata, as de 1.000, 2.000 e 4.000 réis em ouro. As figuras 8 e 9, correspondem à moeda de 320 réis em prata e a de 4000 réis, que pelo seu maior valor, era confeccionada em ouro.

A figura 8 apresenta a moeda de 320 Réis, em prata, primeira moeda genuinamente brasileira - Ano 1695.



Fonte: <https://bahiacolecoes.files.wordpress.com/2009/07/brasil1695.jpg>

A figura 9 apresenta a Moeda de 4000 réis, em ouro - Ano 1699.



Fonte: <https://bahiacolecoes.files.wordpress.com/2009/07/4000reis1699.jpg>

No início do século XIX, devido às Guerras Napoleônicas, a família Real Portuguesa se instala no Brasil. Os gastos por conta da presença da Corte Portuguesa crescem de tal maneira que há escassez dos metais preciosos necessários para a cunhagem das moedas.

Com a escassez dos metais, surge a necessidade de emissão de papel moeda para abastecimento monetário do comércio. Para o controle e impressão do papel moeda, em 12 de outubro de 1808 nasce a primeira instituição financeira nacional, o Banco do Brasil, com o lançamento dos primeiros bilhetes de banco em 1810. (BANCO DO BRASIL, Perfil Corporativo - HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO, 2010)

Figura 10 apresenta o primeiro bilhete impresso pelo Banco do Brasil de 90.000 réis - Ano 1810-1829.



Fonte: <http://sterlingnumismatic.blogspot.com/2017/07/bilhetes-e-notas-1-do-primeirobanco-do.html>

O uso do papel moeda possibilita que na sua saída do país, Dom João VI leve todas as reservas de metais da colônia, tendo em vista que os circulantes eram os bilhetes de banco e não as moedas em metal. Com a retirada dos valores de reserva, a impressão do papel passa a ser feita sem lastro.

No final do século XIX, a unidade monetária passa a ser o milheiro de réis, ou mil-réis, tal uso de unidade é dado pelo fato da constante desvalorização. A desvalorização é um problema constante, acompanhada pelas crises financeiras. O governo federal passa a ser o único responsável pela emissão de dinheiro.

A figura 11 apresenta a moeda de mil-réis em prata- Ano 1889.



Fonte: <https://coleccionfm.wordpress.com/>

Com o intuito de combater a crise no mercado do café e equilibrar o poder de câmbio da moeda brasileira nas transações com as demais nações, foi criada no ano de 1906 a Caixa de Conversão. A Caixa emite cédulas com valores variando de 1 conto de réis até 10 mil réis, onde o valor é garantido pelo mesmo valor em moedas de ouro, que pode ser sacado. Essas cédulas são chamadas de papel-ouro, justamente pelo fato da troca ser feita pelo metal.

Figura 12 apresenta a cédula de um conto de réis, correspondente a 1.000.000 de réis - Ano 1907.



Fonte: Acervo do Museu de Valores do Banco Central do Brasil

Com os eventos internacionais, da I Guerra Mundial, em 1914 à subsequente quebra da bolsa em 1929, a produção cafeeira do Brasil entra em crise. Tal fato gera a criação da Caixa de Estabilização, com o intuito de estabilizar a crise no mercado.

A Caixa de Estabilização emite cédulas que podem ser trocadas por barras ou moedas de ouro. O objetivo é formar um estoque mais robusto de metal e, por consequência, uma fortificação do dinheiro Brasileiro. A medida não teve sucesso devido à gravidade das crises do período. Assim, a Caixa de Estabilização encerrou as suas atividades em 1930.

A figura 13 apresenta a cédula 500 mil réis Caixa de Estabilização - Ano 1926.



Fonte: <http://sterlingnumismaticgallery.blogspot.com/2013/10/p108-500-mil-reis-1927-1951.htm>

No ano de 1942, período da II Guerra Mundial, sob o governo de Getúlio Vargas, o cruzeiro é estabelecido como padrão monetário nacional, substituindo o real. A nova unidade correspondia a 1 mil-réis.

A figura 14 apresenta a cédula de 10 cruzeiros com a face estampada de Getúlio Vargas - Ano 1942.



Fonte: <http://www.colecaodecedulas.com.br/Brasil/2%20-%20Cruzeiro%20-%201942%20a%201967/in dex.html#C020-P167b-10-frente.jpg>

O cruzeiro vigora oficialmente até o ano de 1967, sendo seu fim antecipado por conta do golpe militar de 1964, um período marcado pelas remarcações da moeda, crescimento fomentado pelos gastos públicos e inflação jamais vista.

3.2.1. Período militar e pós período militar

No período militar, a partir de 1964 e vigente até 1985, o governo cria a correção monetária, onde os preços são reajustados pela inflação do ano anterior, medida que se mostra prejudicial e resulta na hiperinflação da década de 80.

A primeira moeda instaurada no período militar é o cruzeiro novo, criada pelo decreto-Lei n°. 1, de 13 de novembro de 1965, pelo governo do General Humberto de Alencar Castello Branco, porém, somente entra em circulação a partir de 13 de fevereiro de 1967.

A figura 15 apresenta a cédula de dez mil cruzeiros com carimbo de revalorização para 10 cruzeiros novos - Ano 1967.



Fonte: https://www.numismarket.com.br/1967_10_cruzeiros_novos_sobre_10000_cruzeiros_2_estampa_serie_1357_santo/prod-6811628/

O cruzeiro novo tem o mesmo valor de mil cruzeiros, assim eliminando as três casas decimais e valorizando a moeda em 1.000%. Tal manobra tem o intuito de estabilizar as flutuações inflacionárias e equilibrar os gastos públicos do período do “Milagre Econômico”, de 1969 a 1973.

O retorno do cruzeiro como moeda oficial era planejado e previsto na resolução n° 47, porém não foi estipulada uma data fixa para a substituição. No dia

31 de março de 1970, o Conselho Monetário Nacional, por meio da resolução nº 144, torna novamente o cruzeiro a moeda oficial brasileira.

Figura 16, a cédula de um cruzeiro - Ano 1975.



Fonte: <https://www.moedasecedulas.com/loja/images/548402.jpg>

O cruzeiro agora possui o mesmo valor do cruzeiro novo, o Banco Central carimba novamente as cédulas antigas até que as novas cédulas de cruzeiro sejam universalizadas, com a data prevista na resolução de 1º de outubro de 1970 para tal.

Figura 17, cédulas de 200 cruzeiros com a face da Princesa Isabel estampada - Ano 1984.



Fonte: <https://www.moedasecedulas.com/loja/images/548395.jpg>

Em consequência das medidas adotadas pelo governo, os anos de 1980 são anos duros para a economia e para os brasileiros. A inflação alcança patamares altíssimos, assim o período de 1980 à 1990 fica conhecido como a década perdida,

marcado pela hiperinflação e reduções do PIB, que refletem diretamente na vida do povo, que vê o dinheiro ser desvalorizado diariamente, com inflação anual em 1972% no ano de 1989.

Medidas de contingência da inflação são adotadas, dentre elas o controle de preços do então presidente José Sarney, eleito em 1986 após o fim do período militar no Brasil.

A figura 18 apresenta a cédula de dez mil cruzeiros com a estampa de remarcação para 10 cruzados - Ano 1986.



Fonte:<http://www.colecaodecedulas.com.br/Brasil/5%20-%20Cruzado%20-%201986%20a%201989/index.html>

No governo de José Sarney, entra em vigor o Plano Cruzado, com o corte de 3 casas decimais do valor nominal da moeda, assim é criada a uma nova moeda do Brasil, o Cruzado, junto com o congelamento de preços e salários, o chamado plano Cruzado I, que durante os primeiros 4 meses se mostra bem sucedido, porém, após este período demonstra sua fragilidade, sendo assim seguido pelo plano Cruzado II, que é da mesma forma um fracasso.

Figura 19, cédula de 50 cruzados - Ano 1986.



Fonte: https://www.ecompletocdn.com.br/ftp/1272/397937_1.jpg

Na segunda reforma monetária do governo de José Sarney, o desajuste inflacionário força novamente o corte de três casas decimais na moeda e uma nova remarcação é feita nas cédulas vigentes. Surge assim o cruzado novo.

Figura 20, cédula de cinco mil cruzados com remarcação de corte de três dígitos para 5 cruzados novos - Ano 1988.



Fonte: https://www.ecompletocdn.com.br/ftp/1272/398145_1.jpg

Em 1990, uma nova reforma monetária acontece e a moeda volta, pela terceira vez, a ser chamada de cruzeiro. Seu valor é mantido igual ao seu antecessor, ou seja, 500 cruzados novos tem o valor de 500 cruzeiros.

Figura 21, cédula de 500 cruzados novos com carimbo de remarcação para 500 cruzeiros - Ano 1989.



Fonte: https://www.ecompletocdn.com.br/i/fp/1272/398358_1.jpg

Em 1990, após uma década marcada por inflação severas de preços e de manobras governamentais errôneas de controle de preços, Fernando Collor de Mello, eleito presidente do Brasil, em movimentos políticos, abre as fronteiras do Brasil para o comércio com o mundo. Em movimento feito para contenção inflacionária, confisca a poupança do povo brasileiro, tal ato faz parte do Plano Collor, o mais duro e radical plano econômico aplicado no país.

Figura 22, cédula de quinhentos mil cruzeiros, cédula de maior valor à circular no Brasil - Janeiro a agosto de 1993.



Fonte: https://conteudo.imguol.com.br/blogs/205/files/2018/11/nota-de-500-mil-cruzeiros-D_NQ_NP_705701-MLB20385623069_082015-F-1024x472.jpg

Em 1993 após o processo de impedimento de Collor, no governo Itamar Franco, seu vice e sucessor, a moeda foi novamente desvalorizada em três decimais, e assim o cruzeiro passou a ser chamado de cruzeiro real.

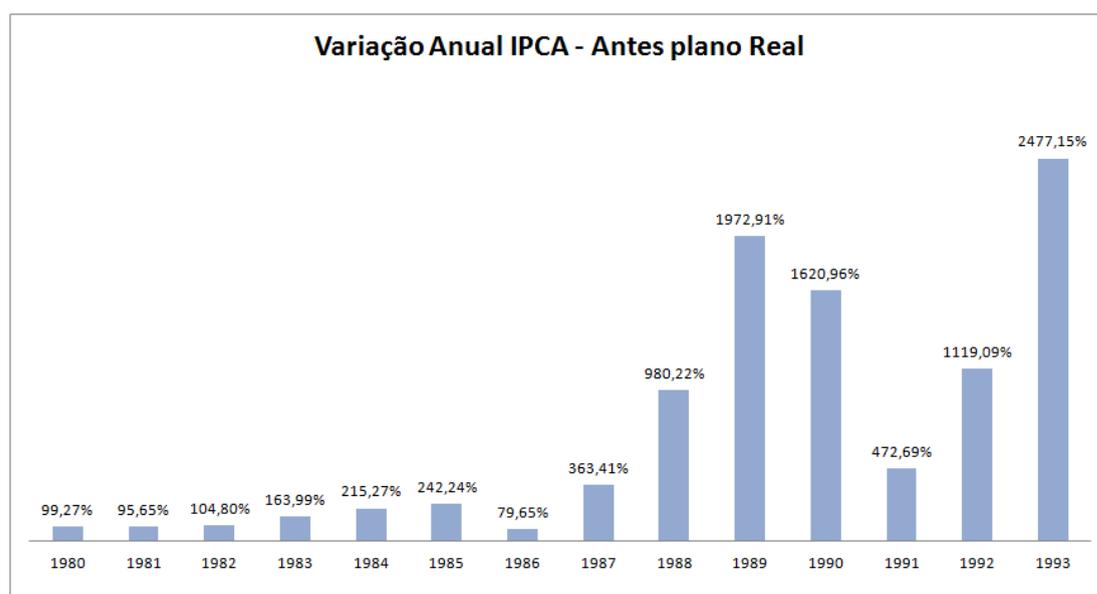
Figura 23, cédula de cinco mil cruzeiros reais, antecessor do real - Ano 1994.



Fonte: https://colecacosfm.files.wordpress.com/2016/05/398759_1.jpg

O Cruzeiro real teve vida curta, circulando de agosto de 1993 a junho de 1994, sem ter um ano de existência como moeda oficial do país.

Figura 24 apresenta a variação anual do IPCA antes do plano real - 1980 a 1993.



Fonte: <https://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/>

Pode-se ver na figura 20, a evolução inflacionária de 1980 a 1993, bem como a ineficácia das reformas monetárias e remarcações dos valores da moeda.

O índice de inflação chega à 2.477,15% no ano de 1993, o governo Itamar Franco adota assim, sob a liderança do então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em março de 1994, a Unidade Real de Valor, a URV, para assim estabelecer uma proporção entre salários e preços, o qual iria se transformar em

nova moeda quando todos os preços estivessem estáveis em termos de URV. Essa estabilidade pressuposta ocorreu em 1.º de julho de 1994, quando a URV, equivalente a 2.700 cruzeiros reais, passou a valer 1 real, representado pelo símbolo R\$. Tal moeda continuou sendo utilizada no século XXI e é a moeda oficial do Brasil. (EDUCACIONAL)

Figura 25, mostra a cédula de 100 reais, sem a inscrição “Deus seja louvado”
- Ano 1994.



Fonte: https://acervo.estadao.com.br/imagens/105x65/Ricupero_sem_DSL.jpg

O plano Real é bem sucedido, contando 26 anos de história, sendo a segunda moeda de maior longevidade do país, estando atrás somente dos Réis.

A moeda brasileira ao longo da história retrata bem os momentos do país, as turbulências e as falhas públicas, beirando a falta de noção em dados momentos e apesar de todos os entraves e situações adversas.

No ano de 2020 o real é apontado como a moeda com maior desvalorização dentre as demais, sendo resultado de políticas monetárias e redução elevada da taxa de juros interna, bem como o momento global vivido no período. Tal desvalorização, associada também ao aumento de recursos injetados na economia brasileira na forma de auxílio ao emergencial, faz com que seja introduzida a nova nota do real, com a cifra de 200, ilustrada na figura 26.

Figura 26, a nota de 200 reais, que entra em circulação no ano de 2020 - Ano 2020.



Fonte:

https://www.numismarket.com.br/imagem/index/27039475/G/cedula_nacional_cn2778.jpg

Com a retrospectiva apresentada, concluímos que a história da moeda brasileira tem historicamente oscilações muito grandes em períodos relativamente curtos, devido principalmente à questões relacionadas à política.

3.3. CRIPTOMOEDAS

A modernidade e o horizonte da era digital, traz novos comportamentos, evidenciando a constante transformação do ser humano, a mudança com que interage com o mundo que o cerca e do meio onde vive. Esses novos comportamentos trazem novos modos de vida, e maneiras diferentes para os mecanismos de compra e consumo.

A crise mundial de 2008 é considerada como o ponto fundamental para dar impulso e popularizar um novo formato de moeda, a criptomoeda, também referida popularmente como *bitcoin*.

A *Bitcoin* é considerada por Pires (2017), como a inovação financeira mais importante do período atual. Responsável por alterar comportamentos e revolucionou os níveis de inovação. Com a crise financeira de 2008, que traz à tona uma nova onda de neoliberalismo, justificada pela descrença do modelo financeiro vigente e de suas regulamentações, impostas por bancos e grandes corporações.

Tendo um novo pensamento para com a maneira de realização das transações, a bitcoin se fez como uma reação anti-sistema, trazendo o empoderamento individual perante essas instituições monetárias, consideradas como falhas.

A história da *bitcoin*, inicia no ano de 2008, quando através do pseudônimo de Satoshi Nakamoto, alguma pessoa, ou conjunto de pessoas, lança o artigo “*Bitcoin: A peer-to-peer electronic cash system*”, onde é proposto um sistema econômico sem a necessidade de uma terceira parte, responsável pela regulação, no caso, sem nenhum tipo de regulamentação jurídica envolvendo agentes financeiros globais ou de estados, assim o “usuário” Nakamoto cria a criptomoeda *bitcoin*, a forma criptografada do dinheiro com base na criptografia e o sistema de transações por meio de corrente de blocos, o *blockchain*. SICHEL e CALIXTO (2018)

O sistema da *bitcoin*, bem como as demais criptomoedas, são uma alternativa sem a vigilância do estado para com as transações realizadas, operando sem a interferência do governo e descentralizado, não passando por nenhuma regulamentação monetária institucional, operando assim de uma maneira marginal dentro da economia.

Sichel e Calixto (2018) apud Antonopoulos (2016) em definição ao funcionamento da cadeia de *blockchain*, a define como blocos, onde cada um destes blocos possui um histórico com as transações feitas anteriormente. Estes blocos são definidos como o agrupamento de transações, com o registro de tempo e a impressão digital do bloco anterior.

O sistema de *blockchain* é o que permite a realização das transações por meio das criptomoedas, sendo os dados verificados e atualizados pelos participantes, que estão envolvidos no sistema. Esses participantes ao realizarem essas verificações com êxito são pagos com frações de uma unidade de *bitcoin*.

Pires (2017), define o sistema de *blockchain*, como um livro contábil da *bitcoin*, sendo o banco de dados onde as transações digitais feitas por meio de moedas virtuais ficam registradas, criando assim o histórico das transações que já passaram pela verificação dos usuários envolvidos. Isso permite que as transações sejam feitas sem a necessidade de um órgão externo regulador. São lidas e aprovadas pelos próprios usuários da rede.

Essas transações são feitas com alto grau de anonimato, tanto por parte da pessoa que faz a transação, como dos usuários que verificam as referidas. Concede-se assim um grau de elevada privacidade e segurança a todas as ações que se referem a estas transações.

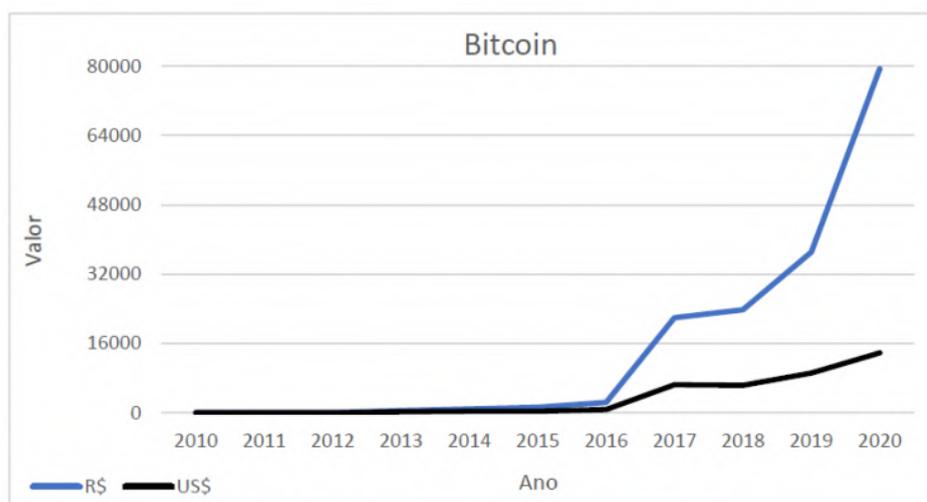
As validações destas transações são feitas através do sistema de rede P2P, em tradução livre, ponto a ponto. As redes P2P são redes que compartilham recursos entre os usuários que participam da mesma e permite que seja feito o compartilhamento de dados entre os usuários, onde os mesmos trabalham de forma cooperativa na execução das verificações de transações.

3.3.1. Criptomoedas na economia

Desde o seu surgimento em 2008, a moeda digital tem tomado força, fato trazido também pela popularização e evolução dos meios digitais, logo o valor para cada unidade de *bitcoin* tem aumento significativo, principalmente a partir do ano de 2016 e tendo seu auge valorativo no ano de 2020, tal comportamento pode ser visto na figura 27.

No ano de 2016, o total da criptomoeda *bitcoin* na cadeia de blocos chega ao patamar de aproximadamente 20 bilhões de dólares, representando por volta de 0,025% do produto interno bruto global. (PIRES adup SCHWAB, 2016)

Na figura 27, tem-se o da evolução do preço de uma unidade de bitcoin em dólares e reais.



Fonte: <https://bitnoticias.com.br/a-evolucao-do-preco-do-bitcoin-durante-seus-12-anos>

Sichel e Calixto, trazem que desde 2009 a principal moeda digital a nível mundial é a *bitcoin*. A mesma é responsável por 44% de todo o mercado das criptomoedas, com uma capitalização de mercado em torno de U\$ 228.477.800.748,00.

É inegável que a participação de criptomoedas na economia mundial tem se tornado algo representativo, dado o volume de dinheiro que representa.

Porém deve-se salientar alguns pontos negativos acerca do meio digital monetário. Pires elenca alguns que devem ser observados:

- As operações por meio de criptomoedas, operam em um ambiente de elevado grau de anonimato global, assim, pode se tornar uma ferramenta para atos ilegais e criminosos, bem como a evasão e lavagem de dinheiro.
- A falta de controle e regulamentação para com as criptomoedas impede que os estados e autoridades bancárias tenham o controle das transações e ciência dos caminhos monetários. Sem o estabelecimento de controles monetários.
- As criptomoedas são concebidas de modo a inviabilizar a participação de qualquer órgão regulador. Por caminhar às margens do sistema financeiro, os estados não possuem capacidade de tributar ou fiscalizar as transações realizadas por meio digital.

Os pontos citados são consequências da digitalização, dentro das redes on-line o território é amplo e aberto a todo conteúdo, tendo como a premissa de ser um ambiente de maior liberdade e relativo anonimato.

Mesmo com tais considerações apontadas, determinados países têm feito uso das criptomoedas, pode-se citar o exemplo da África do Sul, onde algumas comunidades fazem o uso de moedas virtuais, como moeda social nos serviços, nas trocas comerciais e nas operações de comércio justo. Mas tais pontos negativos são os argumentos que levam países como Bangladesh, China, Rússia, Tailândia e Vietnã a proibirem o uso de criptomoedas. (PIRES, 2017)

Apesar da inovação e da abertura para o meio monetário digital que foi possibilitado pelas criptomoedas, sua função como moeda possui deficiências, salienta-se em especial o fato de não atender a função de aceitação de maneira

universal, uma vez que não é possível, por exemplo, ir ao mercado e efetuar o pagamento por meio de uma cifra de criptomoeda.

Além do apontado anteriormente, algumas limitações com relação às criptomoedas são citadas por Sichel e Calixto (2018) e que comprometem o seu uso como moeda:

- Sua Volatilidade: O preço das *bitcoins* tem grandes oscilações. Assim seu valor de uso é diferentemente, variando bastante.
- Insegurança digital: Por não possuir nenhuma forma física, a moeda digital está propensa a vírus, ação de hackers e ataques aos servidores, que são chamados de casas de câmbio.
- A Baixa aceitação da moeda: Apesar do maior uso e crescimento do número de transações efetuadas com criptomoedas, a adesão à moeda digital ainda é pequena, sendo limitado o uso no cotidiano.
- Tempo de confirmação das transações: Cada transação leva em torno de 10 minutos para a confirmação de um bloco, a confirmação efetiva ocorre após 6 ou mais verificações de blocos, o que acaba resultando em cerca de 1 hora para a confirmação de cada transação, sendo um período muito longo de espera para a concretização de negócios.

O uso de criptomoedas, neste dado modelo e da forma com que é apresentada, é questionável, apesar de ser uma inovação que abre um novo olhar para o como o dinheiro é visto, o complexo sistema que envolve o assunto, bem como o não atendimento de quesitos necessários para uma moeda, sem um valor de uso estabelecido, sem estabilidade ou base de referência para valor e principalmente pela aceitação nas transações, acaba por tornar o uso limitado.

A inovação é vista com bons olhos, com alguns pontos sendo ajustados, vê-se a possibilidade de que em relativo espaço curto de tempo, finde por ser a evolução da moeda e do comércio.

4. DESAFIOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA DA ECONOMIA

A evolução dos meios de troca, neste caso específico, a moeda, se dá de forma acelerada a partir da metade do século XX e início do século XXI, acompanhando o ritmo acelerado do capitalismo e do crescimento econômico.

Tendo em vista as transações comerciais facilitadas e o mundo cada vez mais globalizado, a unificação monetária vem à tona, como uma forma de comércio sem fronteiras, com uma visão monetária nova.

Com base nisso, o presente capítulo tem por objetivo realizar uma análise sobre a forma, sobre a possibilidade de uso de uma única moeda para a economia global.

4.1. O PRINCÍPIO DO PENSAMENTO DE UNIFICAÇÃO

A Conferência de *Bretton Woods*, ocorrida em 1944, definiu o funcionamento do sistema monetário mundial após a Segunda Guerra Mundial e tornou o dólar a moeda de reserva referência mundial. Tal fato colocou os EUA na posição de país líder dos movimentos mundiais, em associação aos aliados, porém, apesar de tal referência monetária gerar um grau de poder, o dólar também passou a servir como balizador geral da economia mundial.

George C. Marshall, enquanto o mesmo ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Estados Unidos, ressaltou que era necessário e de grande importância a união dos líderes europeus para a definição de planos de recuperação econômica da Europa. Marshall sugeriu que Europa e Estados Unidos deveriam trabalhar juntos na recuperação da Europa, contando com a ajuda econômica dos Estados Unidos. (THORSTENSON, 2018)

A ajuda americana foi estratégica, uma vez que ajudou a consolidar o dólar como uma moeda global, sendo toda a ajuda financeira foi feita na cifra americana.

Em meados de 1947, com o intuito de organizar a restauração econômica pós-guerra, é criado o Comitê Europeu de Cooperação Econômica, responsável por gerenciar as etapas do plano de recuperação.

Visando a melhor dinâmica na execução do programa, é estabelecido como um organismo internacional, sendo que em 1948, o comitê é reunido novamente

para o estabelecimento da Organização para Cooperação Econômica Europeia, a OCEE, sendo a mesma composta pelos 16 países que já integravam o comitê europeu de cooperação econômica, além da Alemanha Ocidental e o Território Livre de Trieste, sendo esta uma área administrada em conjunto pelos EUA e o Reino Unido. O objetivo principal é promover a cooperação econômica entre os membros, incentivando o desenvolvimento do comércio intra-europeu por meio da redução de tarifas e análise da viabilidade da criação de uma área de livre comércio. (THORSTENSON, 2018)

A OCEE tem duração de mais de 20 anos, tendo êxito em sua missão de restauração Europeia, ajudando os países com maiores necessidades, trazendo prosperidade e ao mesmo tempo, fazendo com que os EUA tenham mais retorno com isso.

Desta maneira, no ano de 1960, os Estados Unidos e o Canadá passam a fazer parte do bloco, sendo que logo deixa de ser OCEE e passa a ser chamado de Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, conhecida como OCDE. (THORSTENSEN, 2018)

Porém, a OCDE passa a vigorar como uma organização efetivamente em 1961, mantendo seus objetivos de fomento e integração econômica.

Os objetivos da OCDE tem grande relação com o desenvolvimento econômico dos países membros, sendo listados pela própria organização, dentre eles: OCDE (2004)

- Atingir o mais elevado nível de crescimento econômico e de emprego, para que assim seja alcançado um nível superior na qualidade de vida dos países associados.
- Contribuir na expansão econômica tanto dos países membros como nos países que não são membros, mas que estejam em processo de desenvolvimento econômico.
- Contribuir para a expansão do comércio mundial, numa base multilateral, sem discriminação, seguindo de acordo para com as obrigações internacionais.

O controle feito pela OCDE passa por diversas áreas, desde impostos cobrados, seguridade social, educação, previdência, até itens como tempo dedicado

ao lazer. Com estes dados, é feita a avaliação e posteriormente são propostas medidas que visam a melhora na qualidade de vida da população e o crescimento econômico do país.

Em 1967, surge a ASEAN, que é a Associação de Nações do Sudeste Asiático, sua criação é dada inicialmente por motivos políticos, com ênfase em assuntos gerais de cooperação nas áreas de cultura, saúde, meio ambiente e economia. (MIYAZAKI, 2005)

Dentro do campo econômico, o auxílio da ASEAN passa principalmente pelos campos da agricultura e da indústria, mas não somente, procura no suporte do desenvolvimento do bloco como um todo.

Dentro de seus objetivos, os principais pontos são citados por DA SILVA (2020), são eles:

- Acelerar o crescimento econômico, mantendo junto o progresso social e o desenvolvimento cultural da região.
- Colaboração ativa e assistência mútua dentro dos assuntos de interesse comum nos campos da economia, do desenvolvimento social, cultural, tecnológico e científico.
- Fornecer assistência por meio de centros de treinamento e pesquisa nas áreas da educação, no campo profissional, tecnológico e administrativo.
- Colaboração na maximização da eficiência agrícola e industrial.
- Expansão do comércio, incluindo o estudo dos problemas do comércio internacional de commodities.
- Manutenção da cooperação próxima e benéfica com organizações internacionais e regionais que possuam objetivos similares.

O livre comércio entre os países, junto com a eliminação de tarifas alfandegárias é positivo, uma vez que tornam mais produtivos e competitivos os países membros.

Na América latina, no ano de 1991, por meio do tratado de Assunção, com os países membros Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, surge o Mercosul, que é um bloco econômico comum, que busca o desenvolvimento de aspectos econômicos e promove a livre circulação de bens, pessoas e produtos.

O Governo Argentino, após estudo de unificação monetária entre os países do Mercosul, feito pelo economista Fabio Giambiagi (1997), traz oficialmente a proposta de uma única moeda para os países associados ao bloco.

O autor, ainda pontua críticas para o modelo único de moeda para o bloco econômico, entre elas, as seguintes.

- Natureza prematura - O uso de uma única moeda é o passo final de um processo de integração, sendo adotada após a integração total dos países. Tal integração envolve a harmonização de legislações trabalhistas, tributárias e do mercado de capitais, bem como a integração do sistema financeiro.
- Escasso grau de abertura intra-regional - O comércio inter-regional tem baixa representatividade entre os países do Mercosul, representando cerca de 20% do comércio total dos países envolvidos, tal fato faz com que a unificação não seja um item viável para a comunidade.
- Peso excessivo dos países menores - Países menos representativos tem sua parcela de participação menor no arranjo como um todo, porém, sua opinião dentro do bloco será de caráter igualitário, o que pode causar divergências com relação à coordenação monetária do bloco. (GIAMBIAGI, 1998)

As ideias acerca do modelo de unificação monetária, durante a efervescência que o bloco Europeu no início do século XXI, trouxe à tona o assunto para outros blocos, que também aventaram a possibilidade de avançar no modelo de unificação comercial e monetária.

As considerações de Giambiagi (1998) com a unificação dentro do Mercosul devem ser ampliadas para um cenário de unificação maior, elencando cinco fatores para o entendimento e principalmente para a visualização dos pontos que levam a busca de um sistema único.

- A unificação cria economias de escala - Os associados a uma área de livre comércio ganhos são potencializados, onde as incertezas com relação às paridades cambiais são eliminadas.
- Base para a geração de plataformas de exportação - A realização de novos investimentos, tendo a eliminação das incertezas, tornam o excedente de produção maior, possibilitando maiores graus de exportações.

- Risco de retrocesso da integração - As tensões e os atritos que podem ser gerados entre os países envolvidos no processo de integração das relações comerciais, compromete o avanço das relações e conseqüentemente no próprio processo de unificação da moeda.
- Fortalecimento Regional - Apesar da perda da soberania da parte do país, a inserção em um bloco maior traz um valor muito maior perante a economia global, ocorrendo o fortalecimento regional no panorama internacional.
- Participação na economia global - Cria representatividade internacional perante os demais países e blocos econômicos. Isso facilita as negociações com o resto do mundo, abre portas para novas negociações e acordos. É benéfico principalmente para economias menores, uma vez que ganham força estando aliada ao bloco.

Apesar destes pontos aparecerem como empecilhos no bloco latino americano, na Europa o formato foi acertado, chegando ao estágio final de união de um bloco econômico, a unificação monetária.

No início dos anos 90 com o tratado de Maastricht, também chamado de Tratado da União Europeia, a Europa passou pelo processo de integração dos países, como citado por Baldissera (2018), os países seguiram um cronograma bem definido para a união econômica efetiva.

No período de 1990 a 1993, foi definido como objetivo a circulação de capitais livres entre os países membros, seguido pela redução da inflação e das taxas de juros, de 1994 à 1998, neste mesmo período a política econômica deveria ser coordenada visando reduzir a inflação e as taxas de juros, controlando o déficit e das dívidas do governo e respeitando às margens da flutuação normal através do mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.

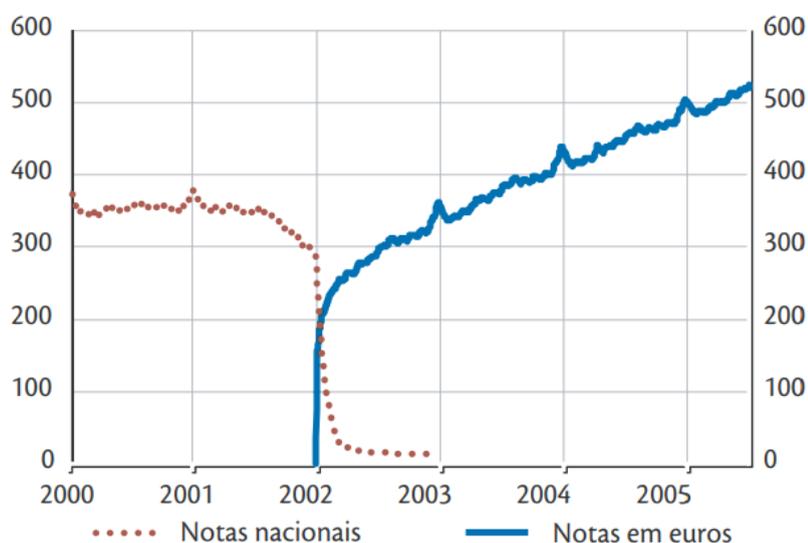
O passo final ocorreu no período de 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2002, onde, com o estabelecimento do Banco Central Europeu, as taxas de câmbio são fixadas e assim é dada a introdução do Euro como a moeda única.

Ao final do período, o Euro torna-se moeda vigente da União Europeia, findando a unificação da moeda na Europa, conhecida como a zona do Euro, englobando praticamente a maioria dos países europeus.

A unificação de uma moeda na região do Euro pode ser considerada como a primeira experiência moderna deste modelo no mundo que teve o sucesso, como Bagus (2012) denota. O Euro foi bem sucedido, sendo que sua aceitação foi se dá principalmente por parte dos países que têm maiores taxas de inflação.

O valor total das notas circulantes é demonstrado na figura 28, tanto do Euro como das moedas nacionais no período de 2000 a junho de 2005, sendo notável a evolução do Euro como moeda oficial da união europeia.

Figura 28, demonstra o valor total de notas circulantes no período de 2000 e Junho de 2005, valor em mil milhões de euros.



Fonte: Banco Central Europeu. Uma moeda para a Europa

Uma unificação monetária é o último estágio de evolução de um bloco econômico e comercial, dada a grande harmonia necessária entre os países para que o sistema opere de forma correta, bem como a semelhança regional e econômica dos países.

É notada a regionalização de blocos comerciais, países próximos e com culturas semelhantes buscam a união para fortalecer seus interesses e economias perante as demais potências globais. Como visto, é percebido que a organização destes blocos fica evidente por continentes, sendo bem segmentada geograficamente.

Na visão de Rogoff, (2001) um modelo de moeda única deve ser visto com alguns cuidados, dentre eles o fato de que, a ausência de um governo global deixa mais complexo o estabelecimento das verificações adequadas e saldos em um banco central global. Usando como exemplo o *Federal Reserve* nos Estados Unidos, que apesar de sua independência é muito suscetível às negociações feitas dentro do Congresso americano.

Tendências políticas podem tornar a escolha de banqueiros centrais de primeira linha complexas, igualmente importante, banqueiros centrais conservadores que colocam um maior peso na inflação. Como alternativa, podem ser aplicadas regras mecânicas, como metas de inflação, para que assim seja reduzida a importância dos indivíduos que governam o Banco Central.

A regulação das funções que um Banco Central global assume, é também um ponto de importância e preocupação. Em um momento de inovação financeira, de constante mudança, o papel-moeda como é conhecido, pode se tornar extinto. Como notado no movimento onde o *bitcoin* surgiu, um Banco Central, por questões de erros de julgamento ou por manter o poder de monopólio, a função inovação dentro das transações e do comércio podem sofrer restrições.

Apesar dos pontos em cuidado, os mesmos não são característicos de exclusão de um modelo monetário único.

Kenneth Rogoff no ano de 2001, previu que para o ano de 2021, o número de moedas tende a cair, porém, quase exatas duas décadas passadas da colocação, a percepção de Rogoff é parcialmente verdadeira, sendo que a única mudança notoriamente verificada é a unificação da zona do Euro. Rogoff possivelmente se baseou na efervescência do momento da união europeia para fazer sua colocação com relação à redução do número de moedas.

A organização de blocos econômicos entre países próximos, com vieses de pensamento semelhantes

As expectativas são grandes, o momento é propício para a renovação do sistema financeiro global, momentos de crise sempre são oportunos para reformulações e novas maneiras de pensar o que antes era feito. O caminho de uma

só moeda tem se mostrado aberto, com a tecnologia avançando com novos formatos monetários.

4.2. UM NOVO FORMATO DE ECONOMIA

No ano de 2020, com a instaurada pandemia global do *COVID 19*, onde o distanciamento social tem sido uma questão de saúde, faz com que os hábitos e comportamentos de consumo sofram modificações, compras, pagamentos e transações, mesmo as mais comuns e corriqueiras tornam-se virtuais, o contato com a moeda papel tem-se tornado cada vez mais raro.

O uso de aplicativos para compra de itens diversos faz com que transferências e pagamentos eletrônicos se tornem populares, tanto por aplicativos dos próprios bancos, como por aplicativos de comunicação, o *whatsapp*, uma vez que não ficam limitados, como anteriormente transferências e depósitos, TEDs e DOCs, entre bancos, que geram custos e tomam tempo.

As facilidades trazem velocidade para o processo de unificação, se não uma necessidade. Richard N. Cooper (2006) traz a possibilidade de que uma unidade monetária única possa implicar no contínuo uso de cédulas da maneira que convencional que conhecemos, sendo a continuidade do uso de cifras únicas dentro dos países, para transações menores e internas, com a diferença de uma taxa de câmbio rígida e os pagamentos por meios eletrônicos terem o uso da cifra da moeda única.

A digitalização torna mais fácil até mesmo transações internacionais, trazendo a possibilidade de negociações através da própria rede, a compra de moedas, como é o caso das criptomoedas, embora que estas sirvam mais como reserva de valor especulativo, dada seu alto grau de volatilidade, e não como uma moeda corrente de fato para compras e transações, sendo que não é aceita de maneira geral e também não é reconhecida como uma moeda oficial.

Uma digitalização do modelo vigente, sendo feita por meio do próprio Banco Central, faz com que o sistema transpareça mais segurança, uma vez que há o respaldo de órgãos reguladores, contrário ao formato das criptomoedas que tem

caráter de criação privada, tornando assim a carteira digital segura contra o roubo ou sequestro de valores e dados.

O Banco Central brasileiro, vendo o movimento de digitalização, criou em 2020 o sistema de pagamentos eletrônicos chamado de Pix. O Pix foi criado sendo o meio de pagamento onde os recursos são transferidos entre contas imediatamente, levando apenas alguns segundos para concretizar as transações. O Pix é um sistema prático, rápido e segundo o próprio Banco Central, seguro, podendo ser realizado a partir de contas corrente, contas poupança ou até mesmo por meio de contas de pagamento pré-paga. Citando as vantagens sinalizadas pelo próprio Banco Central, estão citadas as seguintes: (BANCO CENTRAL, 2020)

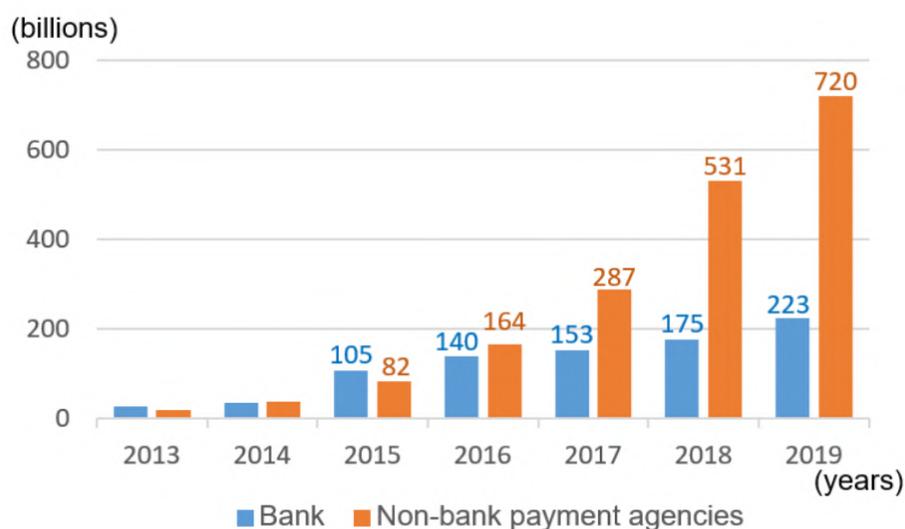
- Alavancar a competitividade e a eficiência do mercado.
- Redução do custo das transações
- Aumento da segurança das transações realizadas.
- Incentivo a eletronização do mercado de pagamentos de varejo.
- Promoção da inclusão financeira e preenchimento de lacunas existentes nos instrumentos de pagamentos que hoje estão disponíveis para a população.

Logo pode-se ver o comportamento de uma digitalização monetária, a criação de uma carteira digital para transações cotidianas, sem nenhuma necessidade de cartão ou moeda papel, tudo feito por meios eletrônicos.

Algo similar tem acontecido na China, onde o *The People's Bank of China* iniciou a pesquisa para uma moeda digital em 2014, onde em 2017 estabelece o *Digital Currency Research Institute*, em tradução livre, O Instituto de Pesquisa da Moeda Digital, para no ano de 2020 lançar em quatro cidades, Shenzhen, Suzhou, Xiong'an, and Chengdu, o Yuan Digital. Apesar da queda no volume de dinheiro físico usado diariamente, é notado que a quantidade de dinheiro movimentada cresceu. Revelando assim a intenção do controle das transações digitais pelo Banco Central Chinês. (YATSUI, 2020)

A figura 29 ilustra claramente o crescimento de pagamentos por outros meios fora do sistema bancário.

Figura 29, comparativos entre os pagamentos feitos por bancos e por agências não bancárias na China.



Fonte: Criado por Mitsui & Co. Global Strategic Studies Institute, baseado nas informações do PBOC e CEIC

Transações digitais trazem, junto a facilidade e praticidade para os usuários, um controle maior para o governo e para os Bancos Centrais, uma vez que todo tipo de transação realizada fica armazenada e é contabilizada no sistema, notado que este é o objetivo do Yuan digital, e que possibilita a retenção de impostos, diminuindo a quantidade de dinheiro frio na economia e até porventura a criação de um novo tipo de imposto.

Com a transparência das transações digitais, os bancos comerciais, além do próprio Banco Central, possuem acesso completo aos registros comerciais, tendo assim maior confiança para o mercado de crédito. Também traz uma previsibilidade maior para as políticas monetárias e macroeconômicas, por ter-se os registros de todo o comportamento da moeda no mercado. (PATERSON, 2020)

Estes novos moldes de transações, por serem mais práticas e demandarem menor quantidade de funções humanas em locais físicos, colocam em questionamento o modelo e formato dos bancos atualmente, bem como o próprio uso da moeda em forma física. Além de que a facilidade com que o usuário tem para fazer compras e a praticidade de poder fazer isso, trás consigo a evolução e a ideia de ser um formato que se encaixa como global.

4.2.1. Proposições de modelos e comportamentos

Com o uso de sistemas eletrônicos, o uso de uma única moeda toma uma nova dimensão, a ruptura do uso da moeda física traz novos horizontes para a comunicação global por meio de uma única moeda. Porém a questão relevante ao estudo é a preparação para a aplicação do funcionamento no ambiente global, uma vez que o bom funcionamento do digital depende de uma implantação adequada na dimensão física.

As palavras de Paul Volcker (apud Bonpasse, 2008), “*A global economy requires a global currency*”, em tradução livre, uma economia global necessita de uma moeda global, denotam que uma vez que o mundo se torna globalizado, rompendo as barreiras limitadoras, as transações devem ser cada vez mais fáceis e de burocracia reduzida, de tal maneira, sem uma taxa indexada, e com o uso de uma só moeda, o comércio internacional se dá de uma maneira muito mais prática e sem limites.

Com uma moeda única se faz necessária a implantação de uma política monetária única. Sendo que a mesma política monetária pode ser controlada por meio de um conselho de governos. Esta é a maneira que funciona para a União Europeia, como citado por Cooper (2006), através da coordenação monetária feita pelo Banco Central Europeu.

A integração econômica entre países, para criação de blocos regionais de moeda única, seguem o mesmo modelo adotado pela Europa, o qual é referência como modelo de sucesso. O funcionamento por meio de blocos econômicos já se faz presente, nota-se que a segmentação geográfica é significativa para o bom desenvolvimento de uniões econômicas estáveis.

As etapas específicas para o processo de integração são citadas por Romero (2013) sendo o mesmo processo o qual deu-se na unificação da moeda europeia, como citado anteriormente.

- Zona de tarifas preferenciais - É o passo inicial, onde consiste na redução tarifária de maneira parcial dentro de determinado grupo de produtos. Este é o começo de qualquer integração entre países.

- Zona de livre comércio - As tarifas de todos bens e serviços são zeradas, eliminando as travas tarifárias e não tarifárias. Neste ponto ocorre o livre comércio entre os países envolvidos.
- União aduaneira - São estabelecidas políticas comerciais comuns para com países que não fazem parte do bloco integrado. Neste ponto tem-se a fixação de tarifas externas para bens e serviços para os outros países.
- Mercado comum - Também chamado de comunidade econômica, há a livre mobilidade de capital e trabalho. Nesta etapa as fronteiras nacionais passam a não existir para a livre circulação de bens, serviços, mão de obra e capital.
- União econômica - É o passo final para a integração, onde há a criação de um sistema monetário único, sendo esta a moeda comum para todos os integrantes do bloco, e é supervisionada por uma entidade supranacional aos moldes de um Banco Central. Nesta etapa tem-se por comum entre os membros a política econômica, as instituições sociais, políticas e culturais.

Esses passos são a coordenação básica para qualquer união econômica, sendo eles o princípio da cooperação monetária entre os países. Com a divisão das economias em blocos, é aventada a possibilidade de que ao invés de uma única moeda, a quantidade de moedas serem divididas em grupo, sendo poucas, e abrangendo blocos regionais, nos moldes do Euro. Por exemplo, blocos que usam o Dólar, o bloco europeu, com o já estabelecido Euro e um bloco asiático com o uso de uma cifra como o *Yuan* ou o *Yen*.

Uma divisão por blocos, tendo adoção de moedas únicas dentro dos mesmos, não é de fato uma unificação global, porém, dentro do contexto é o mais prático e sensível, sendo um passo inicial para o uso de uma única moeda.

Tal proposta é o que Cooper (2006) sugere, sendo que blocos maiores de países industrializados transacionem em uma única cifra, eliminando a conversão cambial das negociações. Em consonância com Cooper, Bonpasse (2008) escreve que a possibilidade de uma moeda única global pode vir a se dar por meio de diversos caminhos, sendo que dentre estes, o crescimento dos blocos econômicos e também a criação de novos blocos.

Com o crescimento dos blocos, tanto dos existentes, como das fusões para blocos maiores, o número de moedas usadas é reduzido. Como um exemplo, em caso do bloco latino americano, o Mercosul, avançar em uma unificação econômica, de todos envolvidos restará uma única moeda.

Nas observações de Cooper (2006), são as similaridades entre os países, desde o seu nível de renda até as estruturas de mercado, que atuam como facilitadores para o processo de unificação. Como exemplo, o bloco da OCDE, que tem como membros os países mais desenvolvidos, são mais propensos a uma economia harmoniosa, uma vez que suas taxas de desenvolvimento são as mais altas, sendo popularmente conhecido como o clube dos países ricos.

É evidenciado que a adoção de uma única moeda para blocos regionais seja o caminho mais apropriado e fácil, justamente pelas semelhanças entre eles. Cada um dos blocos seria responsável pela coordenação interna de seu fundo monetário. Com a divisão em blocos, a coordenação monetária é mais suave, tendo o Banco Central responsável por cada um dos blocos econômicos. Assim, as responsabilidades monetárias permanecem sob o regime de regras para manutenção da estrutura da união econômica.

Nos moldes dos sistema da União Europeia, onde a coordenação fica a cargo do Banco Central Europeu, a cúpula decisória econômica seria formada considerando o desenvolvimento econômico dos países, o PIB, sendo renovada em períodos de tempo, e dentro de tal fato, as decisões tomadas serão baseadas no melhor para os próprios países. Logo a base do controle seria dado sob regência dos blocos mais poderosos financeiramente. COOPER (2006)

Neste sentido as políticas feitas tomariam como base, apesar de necessitar do consenso geral dos países, políticas direcionadas a países com maior grau de desenvolvimento.

Ao findar da união econômica, os países membros abdicam o seu controle monetário e passam a responder como comunidade, seguindo suas regras e tendo objetivos econômicos e políticos, abandonando assim a sua liberdade com suas políticas. ROMERO (2013)

Para o bom relacionamento dentro de uma unificação da economia, seja ela em blocos ou em nível global, como proposto, faz-se necessária que a macroeconomia como um todo esteja em uníssono entre os envolvidos.

Para tal, Romero (2013), coloca dois pontos que são relevantes, que exigem a observação quando falasse na boa harmonia macroeconômica da integração regional.

- As instabilidades dentro da função macroeconômica prejudicam o processo de integração, sendo que possivelmente causará efeito negativo nos fluxos comerciais regionais, afastando investidores.
- A relação de interdependência entre os países, uma vez que os mesmos não respondem mais individualmente e sim como o bloco ou a união, pode ser afetada por meio de impasses e desequilíbrios entre os associados.

Os pontos levantados por Romero enfatiza a necessidade do desenvolvimento dos países serem semelhantes, assim os mesmos serão mais propensos à unificação. Por outro lado, países mais voláteis em todos aspectos, desde economicamente até a fatores como divergências internas, são pouco propensos a manterem as regras estabelecidas. O que compromete o desenvolvimento do conjunto e leva aos desafios para a integração e utilização de uma moeda única.

Outra tese possível é a de uma moeda para socorro externo, uma medida de crédito, que é defendido por Guttman (1995, apud Boaventura, 2016), um modelo diferente, seguindo outra vertente, a criação de uma moeda de crédito supranacional, emitida e administrada por meio de uma autoridade monetária internacional, para se ter uma capacidade de coordenação fora dos agentes econômicos. Porém nesta abordagem esta chamada moeda de crédito seria como um estabilizador financeiro e monetário para países, na forma de socorro aos necessitados.

Desta maneira, não pode ser apresentado como um projeto de moeda única, pois dentro da visão, serviria como um fundo de auxílio global a países com necessidade financeira.

Para Rogoff (2001) a união monetária, eliminando parte dos custos para bens e fazendo com que a integração do mercado seja mais fácil, fará com que uma moeda única se dê de maneira automática e natural.

O modelo de unificação econômica aos moldes da União Europeia, já é pré programado, a mudança para o nível global é uma questão simples de escala e proporção, uma vez que os passos e movimentos são previamente pensados e organizados. A partir de movimentos de sucesso entre os países que adotarem o modelo de unificação regional de moeda, as barreiras para o uso de uma moeda única entre todas as economias será apenas questão de tempo.

4.3. DESAFIOS DA ADOÇÃO DE UMA ÚNICA MOEDA

A ideia de uma grande economia global, com livre transações entre todas as economias globais, certamente é atrativa, principalmente para os compradores, pessoas e empresas. Imaginar um mundo sem limites, de fato é muito interessante.

Em decorrência disso, muitas previsões foram feitas, principalmente a partir dos anos 80, onde Cooper, no ano de 1986, considerava o uso de uma única moeda implementada e ativa em 2018, em 1988, como citado por Bonpasse (2008), a revista *The Economist* previa que para o ano de 2009, a moeda corrente global estaria em vigor pelo nome de “*Phoenix*”.

É notado que o estudo de unificação possível vem de longa data, até mesmo o Euro, que é o caso de maior sucesso, foi inicialmente pensado nos anos noventa e passou por um período de adequação até chegar ao objetivo da unificação monetária.

O modelo de unificação Europeu, só obteve sucesso devido ao fato de que os países envolvidos possuem muitas semelhanças nas questões que envolvem desenvolvimento social e econômico, todos, em maior ou menor grau, mas que dentro da classificação são considerados países desenvolvidos e industrializados, chamados países de primeiro mundo.

Em sua obra, Paul De Grauwe e Jacques Melitz (2005) ao mesmo tempo que positivam a unificação Europeia pela estabilidade de preços dentro do campo econômico e o fato de que a eliminação do risco cambial tenha estimulado o

crescimento do mercado de títulos Europeu, é denotado que a política monetária de “*one-size-fits-all*” se torna desconfortável a alguns dos participantes do modelo, sendo mais penoso para países onde custos com mão de obra são elevados e a competitividade é mais baixa, como citado, os países como Portugal e Itália, tornam os mesmos incapazes de combater as altas taxas de desemprego e inflação.

As adequações para estabilizações para o modelo podem ser momentâneas, em decorrências de movimentos internos, pode se tornar muito oneroso o uso de uma moeda única em economias menos eficientes.

É observado por Batista (1998, apud Romero, 2013) que a aproximação das políticas monetárias, fiscais e cambiais, que são as bases macroeconômicas, devem ser aproximadas ao máximo, uma vez que desequilíbrios monetários e fiscais refletem diretamente em desequilíbrios cambiais e conseqüentemente em um desequilíbrio no fluxo comercial.

Uma integração ao nível de uma única moeda requer que haja a maior eficiência dos mecanismos institucionais, bem como um órgão de controle econômico e monetário, para tanto, a organização responde pelo bloco e não individualmente por cada país.

Na sistemática da união, é abdicado o controle individual. A abdicação do controle interno do dinheiro, deixa as margens de decisão para o comitê, que deve coordenar e cooperar com os governos em seus arranjos macroeconômicos internos. COOPER (2006)

Dentro destas decisões, temos a política monetária, em especial, o quesito do controle de quanto dinheiro deve estar circulando nas economias para o bom funcionamento delas.

Em observação feita por Bagus (2012) com relação ao funcionamento do Banco Central Europeu no quesito da moeda, pode muito bem representar a mesma aplicação para um Banco Central Mundial e mais ainda, dentro de uma representação digital da moeda.

Imagine que você tivesse o poder que o BCE possui. Você seria a única pessoa com o direito de produzir dinheiro. Digamos que você pudesse criar dinheiro simplesmente utilizando seu computador; ou, ainda mais simples, que você pudesse acessar sua conta bancária pela internet e acrescentar a ela qualquer valor que você desejasse. Imagine também que todas as

peças fossem obrigadas a aceitar o dinheiro que você produz.” (BAGUS 2012, Pág 70.)

Logo, ficaria muito prático e fácil, uma vez que o lastro depende somente da dívida interna de cada país, para que em momentos de necessidade ou de incentivo à economia, o governo mundial gerasse mais moeda, visando fomentar a economia. Da mesma forma, o mesmo pode ser feito com o caráter político entre países, fazendo com que países mais fortes, que detenham o poder, mantenham como reféns países menores sob um regime prejudicial e dependente das regras imputadas.

As vertentes de pensamentos com relação ao funcionamento de uma economia com o uso de uma moeda única passa por diversos fatores e possíveis caminhos. As divergências com relação ao funcionamento de uma possível economia global, por meio de uma única moeda, são notadas até mesmo no meio dos pensadores econômicos, que divergem sobre o seu rumo, tendo muitos caminhos para o funcionamento, mas todos concordam que as relações comerciais serão otimizadas e o tal fato será um divisor de águas para o comércio global, um plano jamais visto, mas que de certa maneira torna-se inevitável no futuro próximo, uma vez que o processo seja aceito como algo benéfico, automaticamente será implementado no âmbito global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os desafios e a viabilidade de uma única moeda para o uso nas economias do mundo. Como embasamento, foram buscadas obras e autores que defendem a unificação das economias, bem como exemplos de implementação de uma única moeda em blocos econômicos e avaliações sobre modelos de integração econômica.

Através do caráter histórico da moeda, desde o seu surgimento, até a sua digitalização, fator o qual esboça uma globalização unilateral da economia, rompendo a barreira física e assim tornando a moeda um bem comum e sem limites.

O contraste das abordagens citadas levam à conclusão de que a unificação da moeda será um facilitador para o comércio internacional, juntando as fronteiras do mundo globalizado e tornando mais próximas as economias globais. Através do processo de digitalização da moeda, torna-se mais fácil o processo de uso de uma moeda única.

Nos anos 90, quando o assunto começou a ter notoriedade, muitos economistas previam que no longo prazo o número de moedas circulantes entre as economias cairia, previsões mais radicais previam que no período de 20 anos uma moeda global seria a realidade. Após essa efervescência de ideias, o assunto não se tornou verdade, mas previsões que não estavam previstas se realizaram.

Com o alto grau de endividamento público, agravado pela *COVID-19*, o assunto, sendo tema do fórum de Davos em 2021, será o grande reinício, que discutirá questões que envolvem a grande reinicialização do modelo econômico. O momento é propício para uma reformulação financeira e monetária do sistema, onde uma de suas possibilidades é uma forma de implantação de um novo formato de economia, dinheiro e novas abordagens nas relações comerciais. Um novo começo, com novas regras e balizadores.

Em análise, o mais provável é que os próprios blocos econômicos passem a ter suas moedas únicas regionais, surgindo nos moldes Europeus, onde blocos comerciais terão sua própria cifra, e em evolução, um indexador comum aos mesmos surgirá e assim a economia como uma só. No momento, o mais propenso é

que regiões específicas, como blocos econômicos, busquem entre si uma cifra regional para as transações internacionais entre o próprio bloco e o mais provável é que no futuro próximo tais cifras sejam convertidas em uma moeda maior, que será usada em transações globais, com uma moeda única para todos os do mundo, mas lateral em relação aos países soltos.

É mais plausível no curto prazo que o uso de uma moeda comum, não como o dólar, que é uma moeda oficial, seja dado como uma moeda global para transações internacionais, para que com o tempo, sim, se torne uma moeda de aceitação comum.

Sendo assim, negociações entre países não passariam por uma conversão cambial, elas podem ser feitas por meio da moeda universal, que estaria disponível da mesma maneira que uma moeda circulante. Passando a ser uma moeda única para o processo de transações laterais, usadas como moeda de transações internacionais.

A união dos países com o uso de uma só moeda, pode ser benéfica para países já estabilizados no seu desenvolvimento e industrializados, sendo em primeiro momento positivo para países com inflação maior, devido ao fato de que inicialmente trarão estabilidade atrelada a nova moeda, mas ao final se mostra prejudicial devido ao fato de que ficarão reféns do sistema imposto pelos líderes do bloco em si, além de que pelos fatores de emprego e o próprio governo que por muitas vezes têm vieses populistas, torna a indexação mais onerosa, além de que as decisões são feitas com a visão da coordenação global, fato que é visto nos países latinos da zona do Euro.

Quando proposta a um nível maior, no caso global, a coordenação entre os países em diferentes estágios, seja eles em nível de desenvolvimento social ou econômico, a implementação amistosa é mais delicada. A pluralidade de culturas e inúmeros estágios de desenvolvimento são um ponto que traz dificuldades para uma unificação igualitária, devido aos inúmeros estágios de desenvolvimento.

A unificação se daria por meio dos países desenvolvidos, chamados de primeiro mundo, devido ao fato de sua proximidade de desenvolvimento social e

econômico, logo, os países menos desenvolvidos ficariam como meros espectadores dentro das políticas monetárias implementadas.

O poder é centralizado pelo comitê de política monetária mundial, formado pelos países mais desenvolvidos, que terão o domínio da emissão da moeda. Tais países são quem vai ditar as regras do jogo, que irão controlar o sistema monetário. Pode ser formada uma cúpula do controle mundial, onde um pequeno grupo surge como os ditadores dos comportamentos monetários.

De fato, o caminho é sinuoso, dadas as múltiplas culturas e a disparidade econômica entre os países ainda é muito grande. O que neste momento é um tanto quanto inviável que se dê de maneira harmônica. A pluralidade é a principal barreira.

É possível perceber que o momento de mudança traz consigo a digitalização de processos dentro da economia, onde compras, pagamentos e transferências, não necessitam mais do físico para serem realizadas. Ao mesmo tempo, comunidades dentro de países têm acesso muito limitado a recursos, tanto dentro do campo tecnológico como em questões relacionadas a dinheiro. Estes casos são entraves dentro do modelo de unificação da moeda.

A digitalização monetária tem cunho político e fornece alto grau de poder aos governos, pois é um facilitador para o controle monetário e econômico dos países. O controle monetário é facilitado, uma vez que as movimentações financeiras ficarão toda registrada no banco de dados dos Bancos Centrais, limitando o uso de dinheiro não registrado na economia.

O processo ao longo do desenvolvimento mostra as possibilidades, a união de blocos econômicos, bem como o crescimento dos já existentes, traz consigo a união monetária para estabilização do comércio entre os membros e com os demais blocos, em um futuro, as transações desses blocos por meio de uma moeda lateral única que após pode se tornar a moeda global.

Isso não implica necessariamente o uso do formato igual ao de uma criptomoeda, que por não ser atrelada por governos, é um formato marginal, fica impossibilitada em seu uso. Para ter o uso apreciado em todo globo, não é possível fugir de questões políticas.

As criptomoedas, como a popular *Bitcoin*, não parecem ser muito significativas como uma moeda global, pois o rumo da mesma ainda é incerto, não tendo aceitação geral dos agentes econômicos, uma regra básica para a moeda, além de seu uso ser condenado por diversas nações.

A unificação econômica, em análise, se dará inicialmente de maneira que os países semelhantes aproximem-se mais, sendo em blocos econômicos que já existem, agregando mais países aos mesmos, ou por meio da criação de novas uniões econômicas. Dentro deste panorama, tendo blocos mais e menos evoluídos, será mantida a segmentação como ricos e pobres, no caso de primeiro mundo e terceiro mundo. Tal fato se dá por dominância, atrelando o câmbio inicial, no caso a moeda de cada país para a unificação e com a perda da liberdade monetária, a resposta se dará na mesma moeda que os demais países, que possuem custos menores de produção e mão de obra.

Por fim, em conclusão, o modelo de uma única moeda pode parecer complexo e inviável no dado momento, em parte pela complexidade do processo em diversos países com diferentes evoluções, porém, como forma inicial a organização de blocos espalhadas pelos continentes. O modelo soa como uma evolução natural da economia mundial, sendo apenas uma questão de coordenação dos países econômicos e blocos.

O funcionamento de um mundo com uma moeda única é possível, e possibilitará que todas as economias se relacionem de forma integrada, rompendo barreiras e facilitando o comércio entre eles. Em um futuro próximo as barreiras e dificuldades vistas como impeditivas, poderão ser minimizadas e praticamente anuladas, possibilitando a viabilidade do sistema de uma única moeda. Desta forma é parcialmente confirmada a hipótese deste trabalho monográfico.

REFERÊNCIAS

BAGUS, Philipp. **A Tragédia do Euro**. 2012. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/102536/1574802611A_Tragedia_do_Euro.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

BALDISSERA, Felipe. **A história da integração europeia do pós-guerra a Maastricht** - Tratados e instituições. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018 Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/felippe_baldissera.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro. FGV. 2017.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Política monetária: Instrumentos, Objetivos e a Experiência Brasileira**. São Paulo. Educ. 1996. 14p.

BONPASSE, Morrison. **The single global currency** - Common cents for commerce. 4 fevereiro de 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24115291_The_Single_Global_Currency_-_Common_Cents_for_Commerce. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRAATZ, Jacó. **O modelo de Mundell-Fleming, ou IS-LM-BP**. 2018. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/ead_casa/ead_casa/Aula/11153-modelo-is-lm-bp-jaco-braatz.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRITO, Alexsandro et al. **Considerações teóricas sobre a moeda e a política monetária** - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – v. 8 nº 14 Janeiro/ Junho 2013. Disponível em: https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ALEX_-_Considera%C3%A7%C3%B5es_Te%C3%B3ricas_sobre_a_Moeda_e_a_Pol%C3%ADtica_Monet%C3%A1ria_para_pdf.pdf. Acesso em 09 jun. 2021

COOPER, Richard N. **Proposal for a common currency among rich democracies**. 2006. Disponível em:

<https://scholar.harvard.edu/cooper/publications/proposal-common-currency-among-rich-democracies>. Acesso em 09 jun. 2021.

DE GRAUWE, Paul; MELITZ, Jacques. **Prospects for monetary union after the euro**. Cambridge, Massachusetts. MIT Press, 2005. Disponível em: https://eml.berkeley.edu/~eichengr/degrauwe%20review_jel.pdf. Acesso em 09 jun. 2021.

DINHEIRO no Brasil. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/reportagens/dinheiro/brasil.asp>. Acesso em: 08 de junho 2020.

ECONOMIANET. Política Monetária. Disponível em: http://www.economiabr.net/economia/4_politica_monetaria.html. Acesso em: 07 de dezembro 2020.

ESCAMBO. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/escambo>. Acesso em: 08 de junho 2020.

FISHER, Irving. **The purchasing of money**: Its determination and relation to credit interest and crises. Augustus M. Kelley, Publishers. 1911. 505p.

GIAMBIAGI, Fabio. **Moeda única do Mercosul**: Notas para o debate. Revista brasileira de política internacional - v. 41 nº 1. Brasília, Janeiro/ Junho 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/cPmrTmmxJrXhfCTYVmrMBdH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 09 jun. 2021.

GOMES, Emílio Flávio Guerra Gomes. **Regimes cambiais, controle de capitais e autonomia de política monetária**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009

HISTÓRIA DA CMB. Disponível em: <http://www.casadamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/historia-da-cmb.html>. Acesso em: 08 de junho 2020.

HISTÓRIA DA MOEDA. 2018. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Popa7dOjOMU>. Acesso em: 08 de junho 2020.

HUME, David. **Of money and other economic essays**. (eBook). 1777. Disponível em: <http://davidhume.org/texts/etv1.html>.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9ª edição. São Paulo. Atlas, 2005. 496p.

MENDES, Carlos Magno [et al.] **Introdução à economia**. Florianópolis, 2009. 170p.

MENDES, Carlos Magno [et al.] **Introdução à economia**. 3ª edição rev. amp. Florianópolis, 2015. 182p.

MENDONÇA, Mário Jorge. **Uma análise crítica da teoria quantitativa da moeda - Economia & tecnologia (Revista) - Ano 07, v. 25, pág 11-23 - Abril/ Junho de 2011**. Disponível em:
<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/25%20Capa/Mario%20Jorge%20Mendonca.pdf>. Acesso em 09 jun. 2021.

MOEDA. 2011. Disponível em: <http://www.politicamonetaria.webnode.com.br/moeda>. Acesso em: 08 de junho 2020.

Os princípios da OCDE sobre o governo das sociedades. OCDE. 2004. Disponível em:
<https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PATERSON, Stewart. **The digital yuan and China 's potential financial revolution: A primer on Central Bank Digital Currencies (CBDCs)**. Julho de 2020. Disponível em:
<https://www.hinrichfoundation.com/media/2kybhumh/hinrich-foundation-white-paper-digital-yuan-and-china-s-potential-financial-revolution-july-2020.pdf>. Acesso: 09 jun. 2021.

PERFIL Corporativo: Histórico da Instituição. Histórico da Instituição. 2010. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.html>. Acesso em: 08 de junho 2020.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Bitcoin: A moeda do ciberespaço**. Geosp – Espaço e Tempo (Online) - v. 21, nº 2, pág 407-424, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp>. Acesso em: 07 de dezembro 2020.

PIX. Banco Central do Brasil. 2020. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 30 de abril 2021.

Recolhimento Compulsório. 2011. Disponível em: <http://www.politicamonetaria.webnode.com.br/recolhimento-compulsorio>. Acesso em: 10 de dezembro 2020.

REIS, Tiago. **Como o Acordo de Bretton Woods organizou a economia mundial no pós-guerra**. 2018. Disponível em: <http://www.sunoresearch.com.br/artigos/bretton-woods/>. Acesso em: 08 de junho 2020.

RESENDE, André Lara. **Juros, moeda e ortodoxia**. Teorias monetárias e controvérsias políticas. São Paulo. Portfolio Penguin, 2017. 192p.

RODRIGUES, Natália. **Cruzeiro novo**. Infoescola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/cruzeiro-novo>. Acesso em: 07 de dezembro 2020.

ROMERO, Enrique Duarte. **Moeda única no Mercosul: Esse passo é possível?** Revista Videre - v. 05, nº 09, pág. 38-51. Dourados. Janeiro/ Junho 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/1770-11942-1-PB.pdf>. Acesso em 09 jun. 2021

SALÁRIO: Receber em troca do serviço não era uma regra. Receber em troca do serviço não era uma regra. 2006. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/salario/>. Acesso em: 08 jun 2020.

SANTIAGO, Emerson. TEORIA MONETÁRIA. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/teoria-monetaria>. Acesso em: 07 dez 2020.

SICHEL, Ricardo Luiz; CALIXTO, Sidney Rodrigues. **Criptomoedas: Impactos na economia global. Perspectivas**. Revista de Direito da Cidade - v. 10, nº 3. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/33096/26015>. Acesso em: 09 jun. 2021.

Uma moeda para a Europa. O caminho para o Euro. Luxemburgo. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/paragraph/documents/8242/uma-moeda-para-europa.pdf>. Acesso em 09 jun. 2021.

WEATHERFORD, Jack; CAMARGO, June. **A história do dinheiro: do arenito ao cyberspace**. São Paulo. Negócio, 1999. 304p.

YATSUI, Takuma. **Implications of China 's digital yuan initiative** - Potential impact and future focal points - Mitsui & Co. Global Strategic Studies Institute Monthly Report. Novembro 2020. Disponível em: https://www.mitsui.com/mgssi/en/report/detail/___icsFiles/afieldfile/2021/01/07/2011c_yatsui_e_1.pdf. Acesso em: 09 jun. 2021.